



CATÓLICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Educação e Psicologia

COMUNIDADE EMPREENDEDORA:

O caso da Iniciativa dos Bairros Críticos no Bairro do Lagarteiro

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação

– Especialização em Pedagogia Social –

Por

Patrícia Carolina Silva

(Porto, Março de 2012)



CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Educação e Psicologia

COMUNIDADE EMPREENDEDORA:

O caso da Iniciativa dos Bairros Críticos no Bairro do Lagarteiro

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação

– Especialização em Pedagogia Social –

Sob a orientação de
Professora Doutora Cristina Palmeirão

(Porto, Março de 2012)

“ (...) o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para os que o habitam e princípio de inteligibilidade para aquele que o observa”

Augé, 2005, p. 46

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Católica Portuguesa, concretamente à pessoa do Professor Doutor Joaquim Azevedo, Presidente do CRP/UCP e à Professora Doutora Isabel Baptista, que nos acolheram desde o primeiro dia de uma forma tão envolvente, que nos fez acreditar em nós próprios e seguir os caminhos neste estabelecimento de ensino.

À Professora Doutora Cristina Palmeirão, um especial agradecimento, expressado num sentimento de gratidão, por toda a sua dedicação a este desafio, pela paciência para com a minha pessoa, pela sua constante perseverança, pela sua incondicional disponibilidade que moveram em mim a motivação, a força e o acreditar necessários ao longo deste percurso.

À equipa da IBC Lagarteiro, Cláudia Costa, Hélder Nogueira, Branco Lima e Fátima Teixeira, um especial obrigado por me acolherem e desafiarem as minhas competências profissionais, bem como a todas as instituições parceiras da IBC.

Às minhas amigas que estarão sempre no meu coração e que juntas ultrapassamos momentos de partilha de várias emoções, crescemos juntas nesta aventura, fomos fonte de inspiração mútua e a todas vós, Ana Camões, Ana Ferreira, Sofia Chacim, Filomena Amorim, bem como a todo o grupo do Mestrado em Pedagogia, o meu muito sincero OBRIGADO.

À minha família, em especial ao Bruno Sousa, pela paciência mas sobretudo pela motivação e amor incondicional.

Aos meus pais e ao meu irmão, por acreditarem em mim.

RESUMO

O trabalho agora apresentado corresponde a uma investigação centrada no estudo e reflexão sobre a Mediação Social e a Iniciativa Bairros Críticos, nomeadamente no Bairro do Lagarteiro. O empreendedorismo social e a mediação social são os eixos centrais da nossa ação e os fundamentos da pesquisa empírica. Em termos conceptuais, esta dissertação enquadra-se no domínio teórico da Pedagogia Social e, nesse quadro, persegue os princípios da Aprendizagem ao Longo da Vida e a lógica da valorização e proximidade humana. Os dados recolhidos durante o percurso de ação-investigação situam-se numa atitude de avaliação formativa e decorrem entre Setembro de 2010 e Outubro de 2011. Período em que assumimos o papel de “mediadora” e de investigadora da medida 2.5. Neste quadro, sobressai a importância da figura do “mediador social” e, conforme se sustenta neste trabalho, muito concretamente a figura do pedagogo-mediador, enquanto agente de intervenção e de desenvolvimento sociocomunitário.

Palavras-chave: *Pedagogia Social, aprendizagem ao longo da vida, mediação social, empreendedorismo social*

ABSTRACT

The work presented corresponds to an investigation focused on the study and reflection on the Mediation Neighborhoods Initiative and Social Critics, including the District of Lagarteiro. Social entrepreneurship and social mediation are the central pillars of our action and the foundations of empirical research. Conceptually, this work fits into the theoretical domain of Social Pedagogy, and in this context, pursues the principles of Lifelong Learning and the logic of exploitation and human proximity. Data collected during the course of action-research are an attitude of formative assessment and held between September 2010 and October 2011. Period in which we assume the role of "mediator" and researcher of the measure 2.5. In this context, highlights the importance of the figure of "social mediator" and, as this work argues, quite specifically the figure of the teacher-mediator, as an agent of intervention and socio-communitarian development.

Keywords: *Social Pedagogy, lifelong learning, social mediation, social entrepreneurship*

Índice

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
Introdução	1

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Os paradoxos da Sociedade Global	3
1.1. A Sociedade em que vivemos	3
1.2. Uma política urbana diferente.....	5
1.3. A sociedade das novas oportunidades	8
2. A inserção na vida profissional: a responsabilidade de participar	9
2.1. A Pedagogia Social e os trajetos profissionais	9
2.2. Mediação e Intervenção Comunitária.....	11
2.3. O Empreendedorismo social.....	13
3. A Iniciativa Bairros Críticos	16
3.1. Emergência e marco	16
3.2. A natureza e a missão do Programa	20
3.3. Um Modelo de Gestão inovatório.....	22

PARTE II – ROTEIRO DA INVESTIGAÇÃO

1. A visão global da pesquisa.....	25
1.1. Abordagem metodológica.....	25
1.2. Questões e objetivos de investigação.....	26
2. População do estudo.....	27
3. O Território de Intervenção	29
3.1. O Bairro do Lagarteiro.....	29

3.2.	A Comunidade Empreendedora.....	30
3.3.	Do roteiro às ações/atividades	31
4.	A Metodologia do Projeto de Investigação	39
4.1.	Estudo de Caso.....	39
4.2.	Recolha de dados.....	40
5.	Apresentação dos Dados	42
5.1.	Participantes/Amostra	42
5.2.	À Coordenadora.....	48
5.3.	Observação participante e o desafio do investigador/ator.....	52
6.	Discussão de dados	54
	Conclusão.....	57
	Bibliografia	62
	Anexo 1	69
	Anexo 2	72
	Anexo 3	73

Índice de Quadros

QUADRO 1-	IBC. EIXOS DE AÇÃO	30
QUADRO 2 -	PLANO INTEGRADO DE FORMAÇÃO.....	32
QUADRO 3-	PARTICIPANTES/AMOSTRA	43

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 °	PARTICIPANTES POR GRUPO ETÁRIO	27
GRÁFICO 2 -	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	28

Introdução

O presente trabalho inscreve-se no trabalho subordinado ao tema “Comunidade Empreendedora: O caso da Iniciativa dos Bairros Críticos no Bairro do Lagarteiro”, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, Especialização em Pedagogia Social e visa averiguar e compreender de que forma a medida 2.5 Comunidade Empreendedora, através da utilização das estratégias de Mediação Sociopedagógica, contribuiu efetivamente para a inserção dos elementos desta comunidade na vida ativa.

O estudo que agora apresentamos nasce por consequência do trabalho que temos vindo a desenvolver no Gabinete da Iniciativa Bairros Críticos-Lagarteiro, Porto, enquanto profissional da área social e da necessidade de melhor entender as razões que promovem a integração na vida ativa e sobretudo quais os mecanismos que podem desbloquear estas situações.

Em termos metodológicos, o processo de investigação foi sustentado numa estratégia de natureza qualitativa e desenvolvido durante dez meses, concretamente, entre Setembro de 2010 e Outubro 2011.

A “Iniciativa Bairros Críticos” é um Programa Nacional promovido pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e constitui-se como um instrumento da Política de Cidades para o desenvolvimento de soluções de qualificação de territórios urbanos que apresentam fatores de vulnerabilidade crítica conforme Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005, de 2 de Agosto publicada no DR, I Série – B, de 7 de Setembro de 2005¹. Inicialmente desenhada para dois anos, foi objeto de prorrogação até 2013, mediante a Resolução do Conselho de Ministros nº 189/2007, de 31 de Dezembro 2007².

¹ Anexo 1

² Anexo 2

Neste contexto foram desenvolvidas diversas ações, enquadradas em dois eixos de intervenção, um na área da Requalificação urbanística e ambiental do bairro e outro na promoção de uma cidadania ativa. Vamos, contudo, enfatizar o eixo relativo às questões da qualificação da população com défice de integração na vida ativa, nomeadamente, a medida 2.5- Comunidade Empreendedora.

Em termos organizacionais, a dissertação encontra-se dividida em duas partes. A primeira parte respeita à fundamentação teórica e abrange as questões relativas à sociedade global e inclusão social, à visão da Pedagogia Social e o paradigma de aprendizagem na e com a vida, para melhor empreender e equacionar as situações-problema que esta população específica enfrenta.

A segunda parte integra o enquadramento empírico e fundamenta as questões e objetivos da investigação, a planificação e *design* da investigação, apresentação dos dados, discussão e conclusões (algumas).

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Os paradoxos da Sociedade Global

1.1. A Sociedade em que vivemos

A sociedade em que vivemos é, nas palavras de Daniel Innerarity, uma sociedade invisível, lotada de transformações e contradições (2009). Mais, continua o mesmo autor, “não é fácil entender a nossa sociedade (...). Muitas coisas deixaram de ser o que eram: o poder, a guerra, os territórios, a comunicação, o medo, a economia” (Idem, p.12). Ora, num tempo ímpar de avanços da ciência e da tecnologia, onde a nossa longevidade atinge índices jamais alcançados, a qualidade de vida e a o futuro das novas gerações é cada vez mais complexa e incerta. Há riscos muito graves. “Hoje existem centros de poder económico e financeiro que controlam economias inteiras e tendem a controlar, ou condicionar, a economia mundial no seu todo” (Patrício, 2002, p. 73).

As informações, como os capitais e as mercadorias, atravessam fronteiras. O que estava distante aproxima-se. A evolução que vivemos é quase desumana. “Os terrorismos, inseguranças e desgovernação” (Nobre, 2009, p.81) são questões maiores da nossa época.

Recentemente, as questões do desemprego (e o não emprego) fustigam de forma indelével alguns dos países ditos desenvolvidos³. Portugal não é exceção. O problema é quando a sociedade não consegue satisfazer as necessidades das suas gentes e faz eclodir situações de instabilidade e de exclusão. Nesse horizonte, o disfuncionamento do sistema origina situações complexas e inibe pleno exercício da cidadania.

³ Os países desenvolvidos são os países que têm alto nível de desenvolvimento económico e social, tomando como base o rendimento *per capita*, o valor do produto interno bruto *per capita* de cada país e, mais recentemente, o índice de desenvolvimento humano (IDH). Os países desenvolvidos geralmente são os que apresentam IDH elevado, isto é, indicadores de riqueza, educação e de esperança média de vida elevados.

O drama da miséria e da fome no mundo, os conflitos e as guerras civis, a degradação urbana, a difusão da criminalidade nas grandes áreas metropolitanas de tantas cidades, a degradação do trabalho humano, são factores, entre outros, que não consentem uma plena realização dos projectos educativos, seja nas famílias seja nas escolas (Azevedo, 2011, p. 155).

O homem, desde que nasce adquire hábitos, costumes e práticas que aprende no contexto familiar e o auxilia a reproduzir as suas práticas quotidianas. Todavia,

vivemos uma crise mais profunda que um acesso de medo ou de desencanto; sentimos separar-se, dissociar-se, em nós e à nossa volta, por um lado o universo das técnicas, dos mercados, dos signos, dos fluxos, nos quais estamos mergulhados, e por outro lado, o universo interior que chamamos cada vez mais frequentemente o universo da nossa identidade (Touraine, 1998, p. 35).

A aprendizagem social segue um processo de determinismo recíproco entre o comportamento, as pessoas e o ambiente. Naturalmente, despertar para a cidadania global é complexo.

O desenvolvimento das estruturas cognitivas e da motivação para a aprendizagem, na formação de padrões de sensibilidade e de gosto, na aquisição de linguagens específicas, traduzindo modos peculiares de desempenhar os papéis sociais, na incorporação de saberes diversos (Queiroz e Gros, 2002, p.17).

E se os grandes desafios da nossa contemporaneidade são a miséria, a exclusão e o desemprego. É, igualmente, verdade que a formação pessoal e

social é a melhor “arma” para combater os tempos de crise que abalam o mundo. Só uma atitude positiva e célere é capaz de introduzir mudanças significativas e valorizar as pessoas e o fortalecimento da democracia participativa e, com ela, o compromisso interpessoal e interinstitucional.

As práticas tradicionais de formação são já insuficientes para responder de forma cabal a questões tipo: Como responder as ambiguidades das sociedades contemporâneas? E, como podemos viver juntos de forma a combinar a unidade de uma sociedade com a diversidade das nossas personalidades?

1.2. Uma política urbana diferente

O desenvolvimento urbano trouxe o florescimento individual, mas também, a transformação radical da cidade, tendo-se superado atrasos estruturais e o processo de decadência legado. A juntar a este fenómeno, a atomização crescente da urbe, consequência das coesões organizacionais, coloca em risco o vínculo humano e o que nos une a todos na nossa humanidade. A maneira como as pessoas se comportam umas com as outras e cada uma delas consigo própria, exige e obriga um maior esforço, no sentido de responder de forma humana e eficiente às exigências de uma população cada vez mais envelhecida e empobrecida (Palmeirão, 2009). Uma realidade que nos convoca a melhor pensar na multiplicidade de situações-problema que assolam o nosso quotidiano e que carecem de melhores intervenções.

Na diversidade de espaços de sociabilidade, é importante criar condições de proximidade que ajudem a consolidar as relações de convivialidade para superar as condições de isolamento, injustiça e exclusão (Bueno, Salles & Bastos, 2008, p. 107).

Nesse sentido é necessário promover uma política urbana diferente. A falta de uma verdadeira cultura urbanística requer uma intervenção célere e eficaz, caracterizada por medidas desenvolvimento adequadas às necessidades dos cidadãos e à salvaguarda do interesse público.

As políticas urbanísticas a incrementar deverão, assim, corrigir fenómenos de segmentação funcional do território, proporcionando espaços dimensionados e organizados de forma a garantir a mistura de funções e a diversidade populacional, com especial preponderância para a organização dos bairros (cf Forum Cidade⁴ – Grupo 8, p.3).

Mais ainda quando o que está em causa são “lugares” cuja significação está associada “embora não exclusivamente a uma população e/ou função particulares («bairros operários», «bairros residenciais», «bairros comerciais», «bairros sociais»)” (Gonçalves, 1998, p. 17). O fenómeno da suburbanização é evidente. A contrariar os ideais de convivialidade e centralidade, emergem, agora, lugares despidos de conteúdo humano e onde se descontinuum as “relações funcionais e de reunião social”, outrora espaços privilegiados de encontro, de festa e de lazer. “A desorientação contemporânea” (Serroy e Lipovetsky, 2010, p. 66), obriga a situações de “sociabilidade utópica” (Gonçalves, 1998, 19), onde se deseja “redescobrir uma cultura local e conservar a memória social: restaurar e renovar, sem mudar nem os valores, nem os costumes e práticas sociais, nem as populações que correriam o risco de perder a ligação com o passado (idem).

A vizinhança de populações socialmente próximas umas das outras, mas que insistem nas suas diferenças, não favorece a criação de solidariedade (Gonçalves, 1998,p. 23).

Na sociedade do hiperconsumo (Serroy e Lipovetsky, 2010, p. 121), as imagens sobre “os *bairros* ditos «sociais» ou núcleos habitacionais antigos e (mais ou menos) desqualificados das cidades, não escapam com grande regularidade a um profundo fechamento identitário, normalmente rematado com um conclusivo: “ali são todos iguais” (Pereira, s/d,p. 1). E, continua o mesmo autor, “sempre que surge mais uma ou outra «crise» social e política, rapidamente se associa a igualdade previsível daqueles que ali vivem a um

⁴ <http://inet.sitepac.pt/ForumAnexo3PoliticaUrbana.pdf>

carácter inevitavelmente problemático e obrigatoriamente perigoso” (idem). Todavia, mudar de atitude envolve uma responsabilidade coletiva, situação complexa na era da globalização onde o que sobressai são laços e redes de solidariedade ligados por infindáveis fios invisíveis e comunicações suspensas e a distância (Palmeirão, 2009).

Para vivermos juntos sendo diferentes, respeitemos um código de boa conduta, as regras do jogo social. Esta democracia «processual» não se contenta com regras formais; ela assegura o respeito das liberdades pessoais e colectivas, organiza a representação dos interesses, põe em forma o debate público, institucionaliza a tolerância (Touraine, 1998, p. 21).

Promover o desenvolvimento da pessoa na sua plenitude é (deve ser) a grande finalidade de qualquer projeto de intervenção sociocomunitária e, nesse sentido, a IBC - medida 2.5 comunidade empreendedora pretende, em primeiro lugar, produzir novas competências e capacidades de pensar e de agir, individual e coletivamente e, assim, criar novas oportunidades de formação, de participação e de empregabilidade.

Uma proposta desafiante e uma ação que “procura uma liderança pública local eficaz e avaliada socialmente, uma acção territorial integrada num projecto amplo, a concertação público-privada, a assunção de novas competências por parte dos municípios, e a criação e desenvolvimento de todos os mecanismos possíveis de comunicação e participação de cidadania” (Villar, 2001, p. 15), como a que julgamos ser a IBC, mormente, no Bairro do Lagarteiro. E, assim, sendo, a educação, continua a mesma autora, “não é só uma preocupação do sistema educativo mas sim um instrumento social e cultural imprescindível para a coesão comunitária e pessoal (Villar, 2001, p. 13). E, portanto, uma lógica que enfatiza o “máximo aproveitamento dos recursos existentes” (idem).

1.3. A sociedade das novas oportunidades

O clima de descrédito em que vivemos é, simultaneamente, um tempo de esperança e de novas oportunidades. E, como refere Joaquim Azevedo, “responsabilidade, é o foco! Solidariedade, é a acção!” (2011, p. 246). Na escola ou na família, em casa ou na rua, na comunidade ou na cidade, os focos são estes e a base é “educação de todos e ao longo de toda a vida” (idem).

As necessidades de aprendizagem e o acesso aos benefícios educacionais devem encontrar-se com ofertas abertas, estruturadas e flexíveis, processos criativos de educação e formação, com “casas de aprender”, disponíveis para o acolhimento, o re-conhecimento, o desafio, a exigência de investimento pessoa e institucional, espaços sociocomunitários aptos para favorecer o encontro, uns com os outros e com o saber, para a criação de laços e para o diálogo intercultural (Azevedo, 2011, p. 246-247)

O homem total resulta do exercício da sua cidadania ativa e do conhecimento construído a partir da cultura e congruência que formos capazes de imprimir no nosso desenvolvimento pessoal e social (Barbosa, 1999, p. 82-83).

Ora, num tempo em que predomina uma pobreza crescente, com um carácter estrutural e persistente, fazem-se sentir com muito maior intensidade os impactos dos processos económicos e sociais que a sociedade portuguesa está a viver. Em consequência disso, tem-se assistido ao surgimento de novas vulnerabilidades e a um agravamento dos défices de integração em domínios essenciais, como a educação e o emprego, que têm contribuído para agravar as antigas situações de exclusão e para produzir novas expressões do fenómeno.

Nesta circunstância, o Programa IBC, enquadra, apoia e complementa a reabilitação do edificado no sentido de fazer deste processo um fator de promoção individual e de desenvolvimento local, que são as grandes finalidades da iniciativa e as condições indispensáveis para combater e

prevenir a degradação do bairro e fomentar a inserção na vida ativa, promovendo condições para uma cidadania ativa.

O homem vive necessariamente em sociedade, partilhando cada uma a sua vida com uma multidão de outros homens e necessitando de serviços que recebe dos outros a cada instante. Todos são interdependentes dos demais, ainda que desconhecidos e trabalhando em longínquos países. Nenhum ser humano, se pode imaginar sozinho, vivendo cada um de nós do que recebe dos demais, próximos ou distantes (Rodrigues, 2008, p. 66).

2. A inserção na vida profissional: a responsabilidade de participar

2.1. A Pedagogia Social e os trajetos profissionais

Face a uma sociedade contemporânea em processo acelerado de mudança, a pedagogia social afigura-se pertinente e urgente.

O mundo contemporâneo coloca-nos diante de cenários novos, luminosos e desafiantes do ponto de vista das práticas de cidadania, mas sobre os quais paira também alguma nebulosidade. Nas cidades deparamo-nos com a progressiva perda das virtudes cívicas que tradicionalmente definem a chamada «condição humana», como o hibridismo cultural, os valores do desenraizamento, da privacidade pessoal e da emancipação autónoma (Baptista, 2007, p. 135)

O processo de socialização dos indivíduos é cada vez mais exigente e estende-se para além da família e da escola, em particular, no que respeita à inserção na vida ativa. O desafio é complexo e requer uma aprendizagem contínua e “uma estratégia de educação ao longo de toda a vida” (Carneiro, 2001, p. 269).

O Desenvolvimento pessoal e social é hoje paradigmático e deseja-se que se inicie desde a mais tenra infância até ao seu último dia.

Tanto a educação escolar como a educação familiar e social, em geral, têm um papel central nas sociedades de hoje, pela possibilidade e oportunidade que representam de favorecer este desenvolvimento humano personalizado de todos e de cada um, ao longo da vida e com a vida (Azevedo, 2011, p. 133).

Efetivamente um desafio enorme. Tanto mais que a universalização da educação, contrariamente às expectativas geradas, encerra em si paradoxos e ambiguidades que inibem uma aprendizagem ativa e “trajectos escolares bem sucedidos” (Queiróz & Gros, 2002:42). A este propósito, José Luís Gonçalves (2007), refere que saber ler os ferimentos morais que atingem os socialmente invisíveis constitui um desafio ético, psicológico e antropológico irrenunciável em Pedagogia Social (p. 95). Na sua origem a Pedagogia Social tende a

privilegiar as modalidades de educação não-formal e informal dado que estas modalidades se referem a uma aprendizagem que não é, necessariamente, dispensada por um estabelecimento de ensino ou de formação e que nem sempre conduz a uma certificação reconhecida nos moldes tradicionais (Baptista, 2008, p. 15).

Visa, assim, conferir poder às pessoas de forma a que possam participar de forma ativa na resolução das suas circunstâncias de vida, mormente nas questões relativas ao mundo do trabalho.

A transição entendida como período que medeia entre a conclusão da formação inicial e a obtenção de um emprego estável, a tempo inteiro, foi substituída por transições entre a saída do sistema de ensino e de formação inicial e as menores ou maiores manifestações de instabilidade nos mercados de trabalho (Azevedo e Fonseca, 2007, p. 54).

Circunstância que se complexifica à medida que cresce o desemprego e se exigem mais e maiores “esquemas de apoio à formação e ao emprego” (Idem). A inserção na vida ativa é cada vez mais difícil, sobretudo, se pensarmos num trabalho estável. “Emprego estável, pode significar para muitos jovens uma missão impossível, tal a sucessão de ‘atividades’ e de empregos, de contratos precários que sucedem a outros também precários (Azevedo e Fonseca, 2007, p. 57).

Ora, é pensando estas questões que a Pedagogia Social, por via da mediação socioeducativa, se diferencia e seguindo uma lógica de organização de responsabilidade colética e de “progressiva autonomia dos sujeitos” (Carvalho e Baptista, 2004, p. 58), desconstrói círculos viciosos e impõe novos princípios organizadores. O fundamento é construir uma relação com a mudança e em prol de uma atitude de autoestima e autoconceito positivos e, a partir daí, criar uma atitude pessoal ativa e comprometida com um projeto de vida autêntico e de cidadania ativa.

2.2. Mediação e Intervenção Comunitária

Contrariamente às expectativas criadas com a evolução das sociedades e sucessivas medidas socioeducativas “as sociedades modernas e democráticas querendo-se integradoras, logo de laço social, continuam a construir e a intensificar profundas desigualdades sociais e a deixar muitos indivíduos, famílias e grupos sociais à mercê dos imponderáveis da vida (Leandro, 2011, p. 30). “A fragilidade das relações interpessoais” abordada por Bauman (2006) sugere a necessidade de uma intervenção comunitária assertiva e continuada. Isto é, uma intervenção pautada pela mediação socioeducativa e na perspetiva da ecologia social (Moos, 1979).

A lógica é que o sujeito seja o autor do seu projeto de vida e gere a partir de si as sinergias necessárias para o seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social. Porém, “habitamos num cenário sociopolítico e económico que se nutre das profundas desigualdades existentes no acesso aos recursos e

oportunidades potencialmente disponíveis, excedendo os níveis ético e moralmente suportáveis.” (Caride Gómez, J.; Freitas, M. & Callejas, G., 2008, p.129). Circunstância que requer uma intervenção alargada, de matriz humanista, centrada na pessoa e no seu pleno desenvolvimento. É evidente que desigualdades sociais, pobreza de muitos e riqueza de poucos sempre existiram ao longo do tempo de vida do homem, mas o que torna este fenómeno mais grave é o facto de acontecer na sociedade atual, democrática, com poderes livremente eleitos e que quer integradora. Nesse sentido, importa “investir num combate feroz à persistência das desigualdades sociais (Leandro, 2011, p. 45-46) e adotar medidas capazes de “contribuir para a formação de sociedade de coesão social onde se possa viver com harmonia, confiança e segurança” (Idem). Nesta imensa malha de relações e contradições, “uma das formas de potenciar uma melhor integração passa pelo investimento em educação/formação” escreve Raquel Cruz (2010), isto porque, continua a mesma autora, “a revalidação de competências através da aprendizagem ao longo da vida permite uma integração profissional que responda às necessidades actuais do mercado” (Idem).

Na base destas fragilidades está, naturalmente, o número crescente de pessoas em situação de desemprego e de baixos índices de escolaridade.

“Estar desempregado significa estar a margem do sistema produtivo, na periferia do mundo do consumo e em anormalidade social e cultural caracterizada pela exclusão social” (Tedesco, 2000, p. 58).

O bem estar pessoal depende, evidentemente, de competências pessoais mas, também, da ação dos grupos sociais, instituições e comunidades. No caso que a gora se estuda, o projeto de intervenção IBC, combina sinergias pessoais e sinergias comunitárias e institucionais. O objetivo é fomentar a interação entre as pessoas e entre estas e os contextos e, assim, intervir de forma deliberada e intencional em dimensões que estão para além da pessoa e que têm a ver com formar para o trabalho e para a inserção na vida ativa. Um modelo que privilegia a intervenção comunitária e convoca os referenciais teóricos da Pedagogia Social. O que significa propiciar e valorizar competências, capacidades e potencialidades das pessoas.

Em termos de estratégia, a intervenção comunitária, favorece e promove a mediação socioeducativa, porquanto, facilita a construção de hábitos e atitudes positivas. A propósito, Isabel Baptista, reitera que a mediação pedagógica, seja qual for o contexto de ação, permite “estabelecer, ou restabelecer, uma relação positiva consigo mesmo, como os outros, com o mundo e com a vida em geral (Baptista, 2004). Significa tal que a mediação, “como prática antropológica ao serviço de cada pessoa e numa perspetiva de potenciar as suas possibilidades de acesso à contemporaneidade” (Cachada, 2008, p. 6) gera, efetivamente, situações ímpares de desenvolvimento pessoal e profissional e, conjuntamente, situações de grande proximidade interinstitucionais.

A comunidade, inscrita num âmbito mais geral de desenvolvimento comunitário, como sinónimo das dinâmicas que desenvolvem a implicação e os laços entre as pessoas e as instituições de uma dada localidade, de um dado território, na sua imensa e rica diversidade, e que visam, através da participação activa e solidária de cada um, alcançar o bem estar de todos (Azevedo, 2008, p. 21).

2.3. O Empreendedorismo social

O empreendedorismo social é na nossa atualidade um requisito vital para o exercício de uma cidadania ativa e estruturante para pensar modos de aprender e de agir diferenciados. Assim, Barreto (2002) defende que

Empreendedorismo é a habilidade de criar e construir algo a partir de muito pouco ou do quase nada. (...) é um acto criativo. (...) Mas é também a sensibilidade individual para perceber uma oportunidade quando outros enxergam caos, contradição e confusão. É o possuir de competências para descobrir e controlar recursos aplicando-os de forma produtiva (in, Lopes, Marcelino de Sousa, 2009, p.222).

Um fenómeno que convoca e interpela “académicos, políticos e profissionais dos diversos sectores da economia. E, embora a linguagem do Empreendedorismo Social possa ser relativamente recente, o fenómeno em si não o é”⁵.

Há, autores, entre os quais destacamos Gibb (2005) que advogam ser o empreendedorismo o “instrumento” capaz de nos desafiar e provocar para a criatividade, para a

“motivação intrínseca e flexibilidade perante os factos da realidade; o comunicar, decidir e liderar de um modo eficaz e conveniente; o agir com determinação, mesmo em situações de incerteza, a fim de reconhecer as oportunidades” (*in, Lopes, Marcelino de Sousa, 2009, p.233*).

Neste desiderato, a inovação social pondera a resolução do problema, valorizando a “criação de valor social para a sociedade”⁶ e, arrogando-se de uma lógica de capacitação e uma abordagem de compromisso em que “os destinatários façam parte da solução encontrada pelo empreendedor social, contribuindo para que a mudança efectiva se realize”⁷.

Nesta linha, o sujeito de ação é desafiado a ser co-responsável pela/na construção do seu protejo de vida. Pinchot (1989), defende que

“o empreendedor é uma pessoa que transforma os sonhos em realidade”
(cit. In tese de mestrado de Farfus, D. 2008, p.53),

Ma mesma linha de pensamento surge Filion (1993)

“o empreendedor é alguém que imagina, desenvolve e realiza visões”
(cit. In tese de mestrado de Farfus, D. 2008, p.53).

⁵ http://www.ies.org.pt/conhecimento/empreendedorismo_social/

⁶ http://www.ies.org.pt/conhecimento/empreendedorismo_social/

⁷ http://www.ies.org.pt/conhecimento/empreendedorismo_social/

Ativar a criatividade, a inovação e a capacidade para “tomar” as suas decisões, implica planificar e gerir de modo coerente e consistente os objetivos que nos propomos atingir e, assim, derrubar mitos e estereótipos que nos enclausuram. Beck et al, (2000) defendem que

Na sociedade actual a emergência do risco e da incerteza gerou uma insegurança e instabilidade latentes. A necessidade contínua de uma atitude reflexiva sobre as escolhas e práticas tornou os indivíduos mais atentos (cit. Cruz, Raquel 2010, p.111).

A educação ao longo da vida é, nas palavras de Palmeirão (2009), o princípio capital das sociedades contemporâneas, porquanto visa alcançar o desenvolvimento total do individuo. E, nesse horizonte, é forçoso construir um entendimento social eminentemente sustentável em saberes e valores pertinentes e geradores de um novo conhecimento (idem).

A exclusão social acontece, normalmente, quando os indivíduos se encontram impossibilitados de exercer os seus direitos de cidadania e/ou impossibilidade de aceder aos sistemas sociais básicos (social, económico, institucional, territorial, simbólico). “Os habitantes urbanos - com particular incidência, os dos grandes aglomerados habitacionais - perdem paulatinamente o sentido dos seus interesses coletivos e a capacidade de se mobilizarem em torno de projetos comuns” (Guerra, 2003, p. 74). “A diferença somos nós” registam Stephen Stoer e António Magalhães ao invocarem a importância do conhecimento como competência e como exigência para o eficiente desempenho nas novas sociedades (2005, p. 37-38).

Albagli e Maciel (2002) reiteram a necessidade de se avançar para a

“organização da sociedade civil e a pressão pelo empoderamento de segmentos sociais excluídos e regiões marginalizadas projetam o empreendedorismo social como expressão da capacidade de segmentos e organizações sociais, comunidades e instituições públicas de organizar e implementar iniciativas pertinentes à melhoria das condições de vida locais e à abertura de oportunidades para grupos sociais menos favorecidos (cit. In tese de mestrado de Farfus, D. 2008, p.60).

Ser cidadão é ser aprendiz, aprender é exercer a cidadania, é partilhar limitações, é ousar ir mais além, ser mais, sempre em comum, porque ninguém é – aprende a ser – sozinho» (Azevedo, 2007, p. 10) e, nesse sentido, é preciso “fomentar ambientes de humanidade, fortalecendo as interdependências de pessoas e instituições, as redes de proximidade e os encontros que esbatem as fronteiras.” (ibidem, p. 15).

O Bairro do ponto de vista da integração social e urbana tem de ser integrado dentro de um projeto estratégico estruturante para a cidade, de forma a alcançar-se a necessária articulação entre a cidade e o urbano. A Comunidade empreendedora é disso um exemplo. Mais ainda, quando o que anima é a capacitação dos seus atores e, também, o desenvolvimento da própria comunidade.

3. A Iniciativa Bairros Críticos

3.1. Emergência e marco

A “Iniciativa Bairros Críticos” (IBC) inscreve-se no Programa do XVII Governo Constitucional e é um instrumento da Política das Cidades que resulta do esforço da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, por via da ação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana⁸. Trata-se assim de um Programa que

reconhece o papel decisivo das cidades no desenvolvimento das sociedades contemporâneas e a complexidade dos desafios associados às cidades enquanto concentrações de recursos

⁸ Cf. Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005, de 2 de Agosto publicada no DR, I Série – B, de 7 de Setembro de 2005. Inicialmente desenhada para vigorar durante 2 anos, foi objeto de prorrogação até 2013, mediante a Resolução do Conselho de Ministros nº 189/2007, de 31 de Dezembro 2007.

humanos e institucionais, onde coexistem problemas e oportunidades (Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005).

A Iniciativa “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos” é, por isso, considerado um Programa inovador, lançado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades e constitui-se como um instrumento da política de Cidades e coordenado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)⁹.

A filosofia de ação que lhe está subjacente estrutura-se em oito princípios:

- Projetos integrados de base sócio territorial
- Focalização no território
- Envolvimento e participação dos atores locais, na implementação mas também na conceção
- Mobilização de novas formas de financiamento
- Coordenação estratégica e parceria
- Sustentabilidade e durabilidade dos resultados, designadamente através da criação de redes que gerem sinergias e propiciem a racionalização de recursos
- Intervenções orientadas para a inovação e com capacidade de impacte estrutural
- Avaliação *on going* e monitorização

A IBC defende que o diálogo e os consensos das vontades e dos recursos são a oportunidade para a concretização dos programas de intervenção territorial. Naturalmente, este foi baseado num compromisso partilhado e focalizado em cada território que exige um trabalho autónomo e contínuo em proveito da mudança positiva e de empoderamento pessoal e social de cada pessoa. Nesta lógica, a IBC, assume

uma abordagem em que o fortalecimento do sistema de actores se configura como um passo prévio e basilar para o desenvolvimento

⁹ Cf. Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005

da mudança, numa lógica processual e dinâmica assente em pressupostos de reconhecimento e respeito mútuos, na construção de condições de confiança, compromisso e capacitação para a produção conjunta da acção¹⁰.

Trata-se, por isso, de uma iniciativa cuja finalidade se prende com a necessidade de estimular e desenvolver iniciativas inovadoras, especialmente, no que concerne a metodologias de intervenção e instrumentos passíveis de incorporar na política de cidades mudanças de diferentes dimensões. De resto, uma medida que recai sobre três territórios muito específicos: 2 no sul (Vale de Amoreira e Cova da Moura) e um no Norte (Bairro do Lagarteiro) e que resultam da decisão do Ministério da Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional em articulação com as câmaras municipais, num horizonte temporal de três anos (2006-2013).

Contudo, o Protocolo de parceria do Bairro do Lagarteiro – Porto, foi assinado apenas em 29 de Maio de 2008 e a equipa técnica entrou em funções em Dezembro do mesmo ano¹¹.

O propósito da IBC é que a participação cívica seja a máxima a desenvolver. Neste desafio, os grupos de trabalho (na fase de diagnóstico) organizaram o programa de intervenção, integrando representantes da administração central, (Ordenamento do Território, Administração Interna, Trabalho e Solidariedade Social, Saúde, Educação e Cultura), autarquias (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), Associações e Instituições locais e ainda, “entidades com experiência de trabalho relevante no bairro” e atores locais. Tudo, em prol de medidas eficazes quer em termos de articulação, quer em termos de participação e seguindo o Protocolo institucional¹².

¹⁰ http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ibc/pt/ibc/docs_pdf_ibc/publicacoes/brochura_10versao.pdf

¹¹ O término está previsto para Dezembro de 2013.

¹² Este protocolo define os objetivos, as estratégias e o programa de ação da intervenção a seguir em cada bairro, bem como, os compromissos assumidos por cada parceiro, os meios

A IBC é, assim, uma medida que desponta da necessidade de equacionar situações-problema da nossa atualidade, nomeadamente, no âmbito da “qualificação e reinserção urbana de áreas críticas”. Sendo, inclusivamente, um dos quatro¹³ pilares da política de cidades que o governo desenvolve (cf. Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005, de 2 de Agosto, publicada no DR, I Serie - B, de 7 Setembro de 2005).

O Conselho de Ministros colocou especial atenção no domínio da “qualificação e reinserção urbana de áreas críticas”, porquanto se trata de um eixo de vital importância para o exercício de uma cidadania plena e a construção de uma sociedade solidária e educadora.

A concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes anda associado e pelo bloqueio de oportunidades, estes espaços, por um lado, constituem o mais urgente desafio em termos de promoção da cidadania e da coesão social e, por outro, representam um grande risco no que respeita a comportamentos que podem minar a qualidade de vida e a competitividade das principais aglomerações metropolitanas. Acresce que, por essas mesmas razões, estes são os espaços urbanos onde é mais complexa a intervenção, menos duradouros se apresentam os seus resultados e mais necessário se torna encontrar formas inovadoras de intervenção que assegurem um forte

financeiros disponíveis para a execução das ações, assim como a composição da “unidade de ação estratégica local com um modelo e composição ajustados às problemáticas, à natureza das parcerias, às capacidades de ação e às intervenções a implementar em cada bairro”.

¹³ Paralelamente, desenvolvem-se os eixos relativos à “qualidade de vida e funcionalidade”, “competitividade e inovação” e “reabilitação e reinserção urbana de áreas críticas”.

*envolvimento local e resultem em maior capacitação das populações*¹⁴

O facto de existirem em Portugal experiências precedentes em intervenções desta natureza, nomeadamente, o Programa de Iniciativa Comunitária Urban (I e II) e Intervenção Operacional de Renovação Urbana, facilitam o reconhecimento de elementos fundamentais, tais como o “desenvolvimento de parcerias numa perspetiva multidisciplinar, a participação das populações, a criação de estruturas locais de execução e o ajustamento das ações aos problemas específicos de cada uma das áreas”.

Os princípios que lhe estão subjacentes respeitam a: i) aprendizagem coletiva; ii) avaliação e participação das parcerias; e iii) operacionalização territorial dos protocolos.

Morar num bairro, significa trabalhar, recrear, partilhar espaços e, em particular, pressupõe interações e sociabilidades. E, ao mesmo tempo, tensões, estereótipos e momentos particularmente intensos de exclusão.

3.2. A natureza e a missão do Programa

A natureza do Projeto, estrutura-se em prol de duas grandes dimensões: i) um percurso de aprendizagens conjuntas e ii) o tempo e os “tempos” da mudança. Pressupostos de base que, na primeira situação, elege o sistema de atores e de ação como objeto de atenção prioritária, fundamenta a natureza experimental da Iniciativa, que se propõe envolver a participação coletiva e incentivar a criatividade e inovação das soluções definidas para ultrapassar as dificuldades.

A IBC distingue-se, assim, pelo seu carácter interministerial, pela estrutura de atores que envolve - desde o nível ministerial a um nível mais orgânico e

¹⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº 172/2005, publicada no DR, I Série – B, de 7 de Setembro de 2005

informal, em cada território - pelo seu modelo de gestão, pelo seu modelo de financiamento e ativação de recursos, e pela metodologia de desenvolvimento de que se socorre. Distingue-se também pela abordagem de participação, co-produção coletiva de soluções e atuações assente em compromissos assumidos em contextos de confiança mútua, suscetíveis de consolidarem “apropriações” coletivas e endógenas dos próprios projetos de intervenção, contribuindo para a viabilização de ações mais sustentáveis na produção da mudança.

No segundo domínio, “o tempo e os “tempos” da mudança”, exige-se tempo e tempos diversos de maturação. Exige-se, sobretudo, a todos os intervenientes, novas formas de organização e de gestão dos calendários de execução, novas formas de “estar” nos projetos e novas “práticas” de desenvolvimento das ações; persistência e aprofundamento da natureza experimental que caracteriza este desafio, bem como um modelo de monitorização e avaliação de expectativas, resultados e impactos - também ele mais exigente e inovador face aos modelos tradicionais.

Da sua natureza experimental, ressalta a necessidade de uma abordagem diferente e de natureza prática, porquanto, nasce da perceção de que experiências anteriores se revelaram insuficientes nos seus graus de efetividade e sustentabilidade da mudança induzida, devido à dificuldade de mobilização dos diversos atores-chave, à dificuldade em assegurar a coerência e a concertação atempada das várias ações, vontades e recursos bem como à dificuldade em garantir a focalização da ação conjunta nas dinâmicas dos territórios durante e – sobretudo - na pós-intervenção.

A IBC, é orientada para a integração sócio-urbanística de territórios que apresentam fatores de vulnerabilidade crítica, e tem como pressupostos a formalização do envolvimento interministerial, de forma a garantir a “concertação das iniciativas e a definição das prioridades; a participação dos Parceiros Locais na própria definição e conceção dos Planos de Intervenção o desenvolvimento de parcerias público-público e público-privadas, aos vários níveis”. A iniciativa concretiza-se localmente através projetos que são executados por uma parceria alargada e acompanhados por estruturas criadas

no âmbito da iniciativa, tais como o Grupo de Trabalho Inter-ministerial (GTIM) e o Grupo de Parceiros Locais (GPL), a Comissão de Acompanhamento e a Comissão Executiva.

A IBC afirma a sua vocação inovadora e experimental, assumindo a intenção de estimular e testar soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas, inovadoras, integradas e participadas, e de procurar a concertação e otimização dos atores e da ação pública em intervenções integradas. A Iniciativa pretende testar soluções inovadoras que possam ser transferidas e incorporadas noutros contextos e informar as políticas.

A missão da IBC é promover o desenvolvimento de soluções de qualificação de territórios urbanos que apresentam fatores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio - territoriais integradas. No presente, abrange três territórios - 2 no centro e um no norte do país.

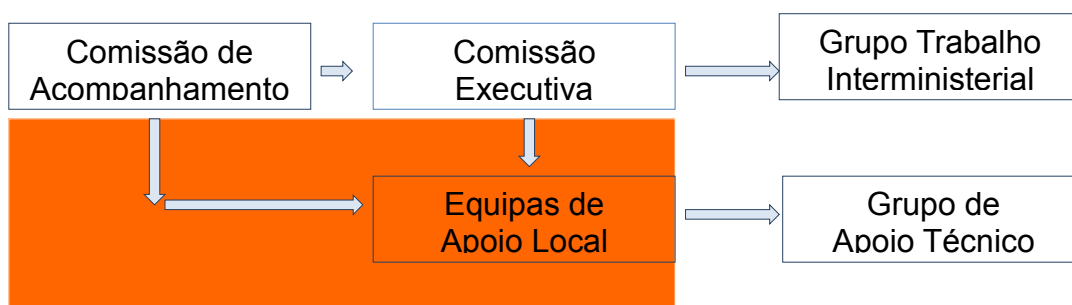
3.3. Um Modelo de Gestão inovatório

Concluído o diagnóstico do território e assinado o protocolo de parceria que operacionaliza o programa de intervenção (2008-2012). Em termos de administração, a IBC adota um sistema de governança assente em parcerias (institucionais e locais) que compromete oito Ministérios/Secretarias de Estado (Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território; Solidariedade e Segurança Social; Administração Interna; Educação e Ciência; Saúde; Justiça; Presidência e Cultura) e mais de 90 entidades públicas e organizações/associações locais.

Em cada território, foi criada uma comissão executiva, constituída por sete entidades¹⁵ e uma comissão de acompanhamento que coadjuva a equipa de projeto na concretização do Programa de Ação (Figura 1).

¹⁵ Comissão Executiva do Lagarteiro: Fundação Porto Social, em representação da Câmara Municipal do Porto; Junta de Freguesia da Campanhã; Ministério da Administração Interna; Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto.

Figura 1. Modelo de Gestão



Fonte: Adaptado do Modelo de Gestão Inovatório¹⁶

Relativamente à composição da Comissão de Acompanhamento Local, cada comissão de acompanhamento local é composta por representantes dos oito ministérios envolvidos e por representantes das entidades governamentais e não-governamentais que intervêm localmente, num total de 30 entidades por território¹⁷.

A lógica é assegurar a coordenação de todas as iniciativas, facilitar e promover a implementação dos projetos constantes do programa de intervenção. Paralelamente, a Comissão, desenvolve todo o processo de avaliação e monitorização; garante a circulação de informação – comunicação, evolução e impacto do programa de intervenção.

Quanto à Comissão de Acompanhamento, trata-se de uma comissão consultiva, constituída por 26 entidades, que tem como tarefa acompanhar a execução do programa, facilitar a ligação entre projetos; assegurar a necessária produção de sinergias entre todos os parceiros, visando um melhor cumprimento dos objetivos do programa de intervenção; prestar assistência técnica alargada e analisar e propor eventuais alterações do Plano de ação.

¹⁶ http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ibc/pt/ibc/docs_pdf_ibc/IBC_Modelo_Gestao.pdf

¹⁷ Composição do Grupo de Trabalho Interministerial: a) representante do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades; b) representante da Presidência de Conselho de Ministros; c) representante do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social; d) representante do Ministro da Saúde; e) representante do Ministro da Cultura; f) representante do Ministro da Educação; g) representante do Ministro da Administração Interna e h) representante do Ministro da Justiça.

Também o Grupo de Trabalho Interministerial é constituído por representantes dos oito ministérios e tem funções de *follow-up*. Reúne periodicamente para garantir a articulação intersectorial efetiva e assegurar a tomada das decisões necessárias à disponibilização dos instrumentos associados à assunção das responsabilidades protocoladas.

A Equipa de Projeto¹⁸ encarregue de operacionalizar o Plano de Ação de cada território é constituída por técnicos contratados pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), coordenados por um Chefe de Projeto, que articula com os demais parceiros.

¹⁸ Gestão do Projeto promove a coordenação da equipa técnica e das parcerias executoras; reuniões com todos os ministérios envolvidos na iniciativa e serviços da administração central para planeamento de todas as ações a dinamizar durante o ano de 2010.

PARTE II – ROTEIRO DA INVESTIGAÇÃO

1. A visão global da pesquisa

1.1. Abordagem metodológica

Qualquer que seja a natureza da investigação, o principal objetivo é produzir conhecimento sobre a realidade. Naturalmente, o modo de o conseguir difere do paradigma e das abordagens. Os investigadores de orientação interpretativa centram-se mais na descrição e compreensão do que é único e particular do sujeito do que naquilo que é generalizável. Pretendem desenvolver um conhecimento ideográfico e aceitam que a realidade é dinâmica, múltipla e holística (Barbosa, 1999, p. 145).

Um conhecimento que também nós queremos construir a partir da realidade que nos foi dada viver enquanto profissional e investigadora. Nesse desafio, também nós, privilegiamos a metodologia de matriz qualitativa e assumimos o estudo de caso como a estratégia capaz de melhor compreender as questões que nos convocam para a investigação e, ainda, a reflexão enquanto exercício de investigação na ação. A atitude reflexiva é fruto de uma aprendizagem, de um querer compreender o exterior, o envolvimento, e fundamentalmente levar ao autoconhecimento, face a um trabalho que se deseja comunitário e de valia para o desenvolvimento da pessoa. Importa, por isso, percorrer determinadas fases para orientar a atitude reflexiva e assim, “colocar sequencialmente questões que conduzam, de uma forma sistematizada, à reflexão” (Hole, 1999, p. 34).

Nesta linha de pensamento, vamos combinar diferentes estratégias e recursos de investigação, numa lógica de implicar paradigmas investigativos plurais e fomentar uma abordagem holística, assente numa “mestiçagem epistemológica e metodológica” (Afonso, 2005, p. 11). E,

em vez da procura de leis que possam ser extensíveis a toda a população, os estudos deste tipo procuram compreender os mecanismos, o como funcionam certos comportamentos, atitudes e funções (Afonso, 2005, p. 31).

1.2. Questões e objetivos de investigação

É tendo em atenção os princípios subjacentes à criação da IBC, nomeadamente no Bairro do Lagarteiro e a proximidade com o objeto de estudo, porquanto é lá que desenvolvermos a nossa atividade profissional¹⁹, que optamos por iniciar a nossa investigação. Sendo que as questões de partida são:

- 1) Como é efetuada a integração destes aprendentes na Comunidade Empreendedora?
- 2) Qual o contributo das ações/atividades produzidas pelo GE na inserção para a vida ativa?
- 3) Quais as dificuldades sentidas pelo público-alvo para a afetiva inserção profissional?

Partindo das questões, definimos os seguintes objetivos:

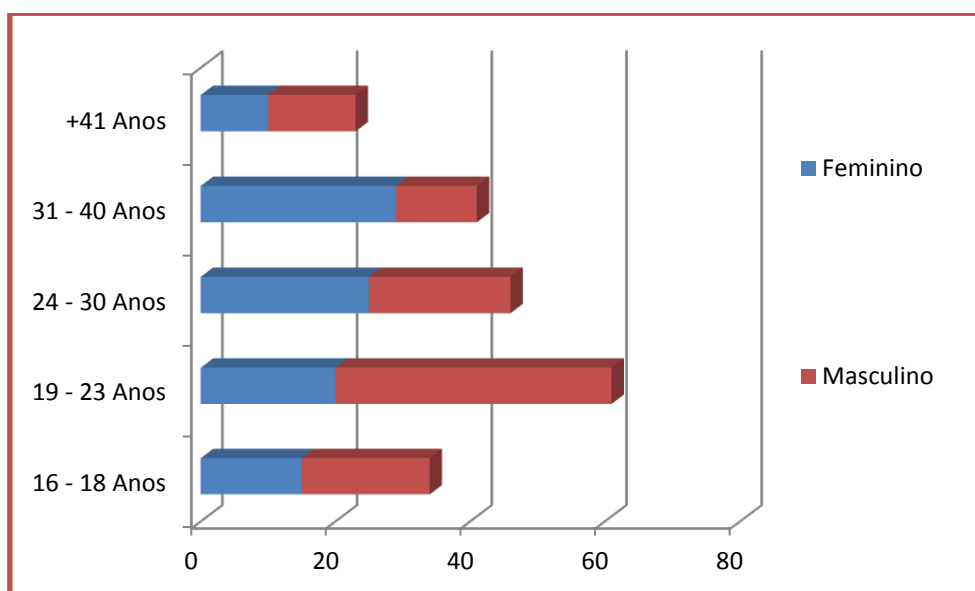
- a) Identificar de que forma a medida 2.5. Comunidade Empreendedora, por via do Gabinete de Emprego (GE), contribui para melhorar as competências de cidadania ativa;
- b) Explorar os sentimentos experienciados a partir da formação e inserção vida ativa;
- c) Aferir sobre o impacto percebido por ação da Comunidade Empreendedora, mormente, pelo GE, para a inserção profissional;

¹⁹ A nossa participação no projeto, em termos de prestação de serviços, terminou em Outubro 2011.

2. População do estudo

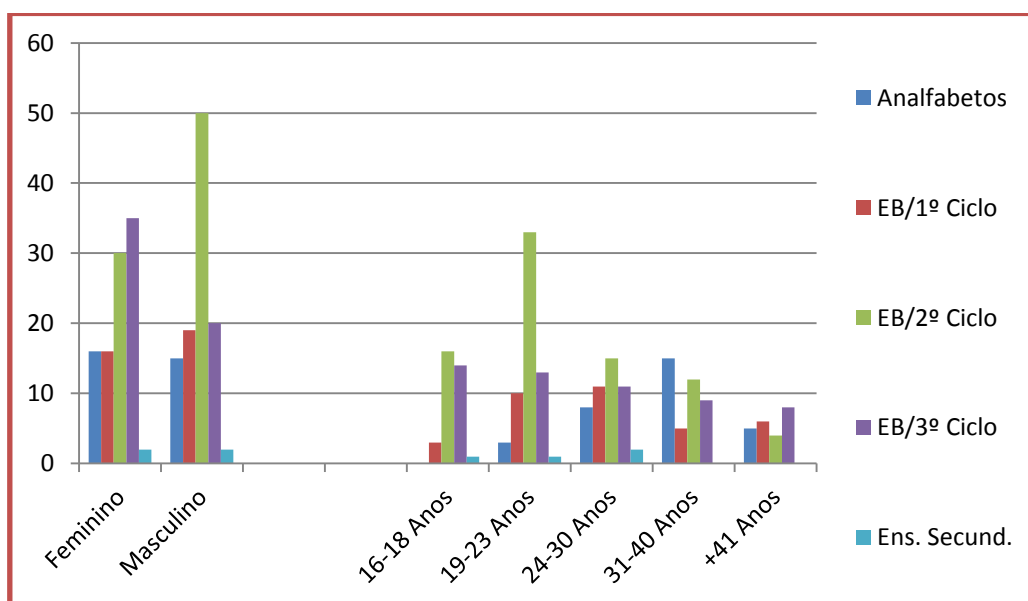
A população de estudo respeita ao número de pessoas que usufruíram das atividades realizadas no âmbito da valência “Comunidade Empreendedora, por via da ação do GE. Ao todo e, tendo em atenção o período de tempo a que nos reportamos (Setembro 2010 a Outubro 2011), a medida acolheu 205 pessoas. Destas, 99 são indivíduos do género feminino e 106 do género masculino. Em termos etários, verificamos que, regra geral, o grupo predominante, integra indivíduos cujas idades variam entre 19 e 23 anos de idade (n= 61) (Gráfico 1).

Gráfico 1 ° Participantes por grupo etário



Relativamente à escolaridade, verificamos que a grande maioria possui como habilitações escolares o 2º Ciclo do Ensino Básico (n= 80) o que significa dizer que 39% desta população não tem a escolaridade mínima obrigatória. Apenas 2% possui o ensino Secundário e 15% (n=31) não tem qualquer nível de escolaridade (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Habilitações literárias



Aleatoriamente, convidamos 10 pessoas. A amostra possível, dadas as características da IBC e o tempo que disponhamos para concluir o estudo. Ainda assim, das pessoas convidadas, no final, apenas compareceram 5 mulheres e 2 homens. Destes, 2 têm o ensino básico concluído, 2 o 2º ciclo concluído; 2 têm o 9º ano e 1 o ensino secundário completo. Em termos de faixa etária, as suas idades oscilam entre 18 e 44 anos.

Um quadro complexo quando perspetivamos as exigências escolares e de idade, para a inserção na vida ativa. Claramente, um desafio quando o número de indivíduos com menor nível de escolaridade tem idades superiores a 18 anos. De resto, uma situação-problema que inscreveu e reforçou a necessidade da IBC e uma intervenção sociocomunitária ativa. “Os níveis de qualificação escolar são extremamente baixos, com uma população residente que limitou a sua frequência escolar ao ensino básico e principalmente ao seu 1º ciclo”²⁰.

²⁰ <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/lagarteiro/>

No campo da Formação, constatamos que as pessoas que solicitaram apoio são indivíduos com idades superiores a 16 anos, com uma escolaridade inferior à escolaridade mínima obrigatória e, portanto, fora dos parâmetros da escola regular.

3. O Território de Intervenção

3.1. O Bairro do Lagarteiro

O BL é um bairro periférico da cidade do Porto e situa-se na freguesia de Campanhã²¹. Constituído por 446 fogos, acolhe mais de mil e setecentas pessoas²². Dadas as suas características, o bairro do Lagarteiro integra, desde os anos de 2008, o Plano de Ação “Bairros Críticos”.

A iniciativa Bairros Críticos é um Programa de Intervenção que visa intervir em dois grandes eixos:

- i) Requalificação urbanística e ambiental do bairro (Reabilitação e conservação dos Edifícios, Reabilitação e manutenção de Espaços de habitação, Novos espaços públicos ou coletivos e Novos equipamentos no bairro e na envolvente do bairro) e
- ii) Promover uma cidadania ativa (Saúde é vida, Segurança ativa, Escola em rede, AN.I.M.A.R.- Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Ativar, Reinserir e Comunidade Empreendedora).

²¹http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ibc/pt/ibc/docs_pdf_ibc/docs_lagarteiro/Diagnostico_Lagarteiro_proposta_final_1.pdf

²² <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/lagarteiro/territorio.html>

3.2. A Comunidade Empreendedora

O Programa de Intervenção para o Lagarteiro inicia a sua missão em Dezembro de 2008²³, centrando a sua ação em três eixos (Quadro 1):

Quadro 1- IBC. Eixos de ação

IBC	Medida	Objetivos ²⁴
Eixo 1	Requalificação Urbanística e Ambiental do Bairro	Requalificar o espaço público, transformando-o num espaço de encontro e de convívio da população local e atraindo novas populações para a envolvente ao bairro; Melhorar a imagem urbana do bairro.
Eixo 2	Saúde é Vida	Melhorar os níveis da qualidade de vida e de auto realização da população através da promoção de uma vida saudável nas várias gerações.
	Segurança Ativa	Desenvolver e promover um policiamento de proximidade, com partilha de responsabilidade e de relações de parceria com outros atores centrais e locais.
	Escola em rede	Fortalecer o quadro de competências e de habilidades sociais da população do bairro (com enfoque para os jovens), numa logica de afirmação face aos outros.
	ANIMAR (Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Ativar, Reinsereir)	Fazer emergir novas oportunidades para a mudança social e para o desenvolvimento local: criar um espaço aberto, indutor de inovação e de partilha de vivências, interesses, atitudes e valores.
	Comunidade Empreendedora	Reforçar as condições de empregabilidade dos residentes socialmente fragilizados; Promover a ação empreendedora de base local e incentivar o regresso a atividades profissionais organizadas para pessoas com um afastamento muito elevado do mercado de trabalho e em estratégias de sobrevivência em matéria de rendimento e atividade profissional.
Eixo 3	Questões operacionais	Fomentar a participação, a proximidade e a informação.

No presente estudo, o âmbito da nossa pesquisa inscreve-se no eixo 2. Medida 2.5 – Comunidade Empreendedora. Uma opção que resulta da nossa

²³ A equipa técnica é constituída em Março de 2009.

²⁴ Cf. Plano de Ação

proximidade ao lugar e da vontade de melhor compreender as práticas, efeitos e sentimentos da sua ação. Efetivamente, é a partir do exercício da nossa função que nos interpelamos sobre os resultados conseguidos (e sentidos) pela Comunidade Empreendedora, mormente, pela ação do Gabinete de Emprego.

Na prática, o estudo que agora se apresenta foi desenvolvido no Gabinete da IBC, sediado no Bairro do Lagarteiro (BL), durante o ano de 2010²⁵. Promover uma cidadania ativa é a grande meta. E, nesta circunstância, os objetivos da medida são:

- i) elevar os níveis de escolaridade dos residentes do bairro;
- ii) reforçar as condições de empregabilidade dos residentes socialmente mais fragilizados;
- iii) promover a ação empreendedora de base local e incentivar o regresso a atividades profissionais organizadas para pessoas com um afastamento muito elevado do trabalho e em estratégias de sobrevivência em matéria de rendimento e atividade profissional;
- iv) estruturar localmente uma base de serviços que poderá alargar-se á envolvente do bairro.

3.3. Do roteiro ás ações/atividades

Criada a equipa técnica²⁶, iniciaram-se as relações com os parceiros (e.g. Segurança Social, Centro de Formação do Porto, Instituto de Emprego e Formação Profissional e GIP Campanhã, Direção Regional de Educação do Norte), bem como com entidades privadas na área da formação, com o propósito de cumprir o plano da medida e definir o roteiro de ações/atividades. Seguindo o cronograma de ações, a primeira ação foi construir uma Base

²⁵ O Protocolo de parceria do Bairro do Lagarteiro – Porto, foi assinado em 29 de Maio de 2008, a equipa técnica entrou em funções em Dezembro do mesmo ano, o seu término, este previsto para Dezembro de 2013.

²⁶ A equipa do gabinete da Comunidade Empreendedora (CE) reformulou em conjunto com a direção do IEFP as ações previstas, dado o facto de a temporalidade de execução estar distante da elaboração do Plano de Ação.

Dados²⁷ e, assim, identificar as pessoas com baixas qualificações e em situação de desemprego²⁸. O número de pessoas com este tipo de situações-problema foi de 205 (população que viria a constituir-se como ponto de referência para a nossa amostra). Identificada a população, foi elaborado o plano de intervenção²⁹.

Um plano exigente, centrado na formação profissional e estruturado em prol de Plano Integrado de Formação e seguindo uma atitude cuja finalidade é melhorar a qualidade de vida, reforçar as competências de/para a empregabilidade e, cumulativamente promover o empreendedorismo laboral e social (Quadro 2).

Quadro 2 - Plano Integrado de Formação

Ações	Tipo	Pessoas	
		sinalizadas	inscritas
Atendimento	Personalizado	205	205
Ações Sensibilização ³⁰	Modalidade de Formação	65	26
Formação	Alfabetização	31	31
	Formação Tecnologias Informação ³¹	205	84
	Curso de Educação e Formação Jovens ³²	67	57
	RVC	39	39
	Cursos Educação Formação Adultos	23	21
(RE)Agir no feminino/ Gestão Doméstica e Financeira	Candidatura POPH	21	17

²⁷ Esta ação contou com o contributo da Segurança Social e GIP de Campanhã.

²⁸ Da análise desta base, excluíram-se todas as pessoas que, teriam de passar por outros projetos de vida prioritários, nomeadamente tratamentos de saúde

²⁹ Este processo foi realizado em conjunto com o GIP de Campanhã, nomeadamente o balanço de competências, expectativas e necessidades do grupo.

³⁰ Realizadas no IEFP

³¹ Em articulação com o Projeto “Lagarteiro e Mundo” do Programa Escolhas.

³² A entidade gestora de dois dos Cursos de Informática Tipo 1 que confere a certificação do terceiro ciclo (9º ano), foi a Associação Juvenil C.A.O.S. - Coragem Acima de Outras Situações, parceira da IBC.

Atendimento

No quadro do *Atendimento Personalizado*, as ações requisitadas foram, sobretudo, ao nível da (i) criação de um *curriculum vitae*; (ii) elaboração de cartas de motivação; (iii) redação de candidaturas espontaneas; (iv) procura de emprego; (v) procura de formação profissional específica; e (vi) direitos e deveres dos trabalhadores.

Ações de sensibilização

A Comunidade Empreendedora do IBC, em parceria com o Centro de Formação do Porto, realizou três Ações de Sensibilização com o objetivo de informar sobre a tipologia das modalidades formativas e facilitar o processo de escolha e/ou inclusão na modalidade selecionada. Para o efeito, convocaram-se todas as pessoas inscritas (n=205). Destas compareceram 65 pessoas (35 jovens e 30 adultos). E, apenas, 26 foram integrados em ofertas formativas no Centro de Formação. As restantes, recusaram a oferta (n= 30)

Formação Tecnológica de Informação

À Formação Tecnologias de Informação correspondem cursos básicos de competências de informática, ministrados no Cid@net - Centro de Inclusão Digital, Programa “Lagarteiro e o Mundo” do Programa Escolhas. Trata-se de um Espaço de formação de natureza lúdico-pedagógico para os mais jovens na área da informática e de apoio escolar com as ferramentas digitais, de utilização livre. A frequência deste curso atingiu os 41% do número total das pessoas inscritas: 46 mulheres e 38 homens. Em termos etários, a maioria, tem idades compreendidas entre os 24 e os 40 anos.

Neste domínio, os participantes (n= 84) tiveram acesso à Formação³³, nomeadamente: i) Curso Básico das Tecnologias de Informação³⁴; ii) Curso de

³³ Serviço articulado com o CID NET do Programa Escolhas.

Literacia Digital; e iii) Formação Cisco³⁵. Estas formações visam aumentar as competências relacionais e níveis de conhecimentos informáticos. O Curso de Literacia Digital, tem a duração de 2 meses e abrange o funcionamento do Hardware e Software. Para a frequência do Curso de Formação CISCO, foi exigido o 9ºano e conhecimentos da Língua Inglesa. O objetivo da formação é munir a pessoa, cada pessoa, com ferramentas que lhe(s) permita desenvolver competências de procura ativa de emprego e de maiores destrezas de comunicação.

Cursos de Educação e Formação

Os Cursos de Educação e Formação para Jovens têm como objectivo

*a recuperação dos défices de qualificação, escolar e profissional, destes públicos, através da aquisição de competências escolares, técnicas, sociais e relacionais, que lhes permitam ingressar num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo*³⁶.

Destinam-se a a jovens, com idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 23 anos, à data de início do curso, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a via regular de ensino.

³⁴ O curso tem duração de 20h.

³⁵ Em articulação com o Programa Escolhas “Lagarteiro e o Mundo”.

³⁶ www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/CursosJovens/Paginas/CursosJovens.aspx

Ao todo, foram sinalizados para frequentar este curso 67. A razão era, quase sempre, por situações-problema de absentismo e/ou abandono escolar. Destes 45 são do género masculino e com idades entre os 16 e os 23 anos; e 22 do género feminino com idades entre os 16 e os 22 anos.

O primeiro curso CEF - Instalação e Operação de Sistemas Informáticos, teve início no mês de Outubro e resulta da ação da Associação CAOS. Trata-se de uma formação para jovens (n=15), com idades entre os 15 e os 22 anos e cuja escolaridade era inferior ao 9º ano de escolaridade. Importa dizer que esta formação foi possível graças às parcerias estabelecidas entre várias instituições de formação públicas e privadas. Paulatinamente, os jovens foram sendo integrados de acordo com a sua orientação vocacional. Mesmo assim, 10 não concluíram a formação (um por questões de saúde e 9 por terem atingido o limite de faltas).

Nesta altura, dezembro de 2011, somente 50 (dos 67 jovens sinalizados) continuam a frequentar os cursos (17 raparigas e 33 rapazes). De registar que os CEF se encontra “situada ao nível das medidas estratégicas para potenciar as condições de empregabilidade e de transição para a vida activa e assume-se como uma resposta prioritária para o perfil destes jovens”³⁷. E, por isso mesmo, adapta a estrutura curricular à componente profissionalizante (e.g. sociocultural, científica, tecnológica e prática em contexto de trabalho). Estes jovens poderão ainda, em situações particulares e sempre que a área de formação o aconselhe, serem integrados em estágios complementares, com uma duração máxima de seis meses.

Revalidação de Competências

Relativamente ao processo de revalidação de competências, são exigidos requisitos próprios (e.g. ser maior de 18 anos e ter experiência profissional comprovada no mínimo de 3 anos). Fatores que dificultam o

³⁷ www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/CursosJovens/Paginas/CursosJovens.aspx

acesso de um número significativo de pessoas pois, muito destes jovens não possuem experiência profissional capaz de facilitar o processo de validação de competências.

Um processo que exige motivação e um trabalho individual constante. Das 39 pessoas inscritas, maiores de 18 anos (24 mulheres e 15 homens), 9 abandonaram o percurso de formação, 18 estão a frequentar e 8 aguardam colocação em turmas a iniciar. No fim, apenas 4 pessoas terminaram a formação.

Cursos de Educação Formação de Adultos

Os Cursos de Educação Formação de Adultos³⁸ dirigem-se a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos (à data de início da formação), sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho ou sem a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário. A finalidade é “elevantos níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida”³⁹.

Para esta modalidade foram admitidas 23 pessoas (15 mulheres e 8 homens). Destes, 9 aguardam colocação, 1 abandonou e 2 abandonaram por terem atingido o limite de faltas⁴⁰.

³⁸ Cf. Despacho Conjunto n.º 650/2001, de 20 de Julho; Despacho n.º 26401/2006, de 29 de Dezembro; Portaria 817/2007, de 27 de Julho; Portaria 230/2008, de 7 de Março. In <http://www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/CursosAdultos/Paginas/CursosAdultos.aspx>

³⁹ <http://www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/CursosAdultos/Paginas/CursosAdultos.aspx>

⁴⁰ Importa referir que, à data da nossa investigação, Dezembro de 2011, estas nove pessoas aguardavam apenas o início formal da Formação, tendo para isso sido submetidos a entrevistas de seleção.

Candidaturas ao Programa Operacional do Potencial Humano

O Curso de Formação para a Inclusão emerge da falta de resposta para um público próprio (15 mulheres a receber o RSI) e da candidatura ao Programa Operacional do Potencial Humano - Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, denominado (Re)Agir no Feminino⁴¹. Importa referir que a efetivação desta candidatura, resulta do trabalho cooperativo entre a Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS) e as instituições do Atendimento Integrado da IBC. Criar oportunidades de desenvolvimento pessoal foi o objetivo que presidiu esta candidatura.

Delineado para um grupo de 15 mulheres do Bairro do Lagarteiro, com baixas qualificações escolares, longos percursos de desemprego e abrangidas pela medida de Rendimento Social de Inserção⁴², o programa curricular, estruturou-se para um período de 6 meses e integrou um estágio em contexto de trabalho a realizar em instituições da grande área do Porto (e.g. infância/juventude, lares/Centros de acolhimentos, cabeleireiros, serviços de cantinas). O Curso iniciou-se em Julho de 2011 e terminou em Dezembro do mesmo ano⁴³.

Numa primeira fase, o objetivo foi proporcionar novas experiências fora do contexto do bairro bem como promover a aquisição de competências básicas ao nível do saber ser e saber estar. Os conteúdos programáticos desta formação foram delineados no sentido de tornar este curso como uma pré formação, antes de estarem aptos a puderem integrar formações qualificadas de nível 1 ou 2. Estes conteúdos foram classificados nas seguintes disciplinas: O Auto e o Hétero Conhecimento; Início da Construção do Plano Individual de Formação; Introdução às TIC; O meu retrato de competências; Lidar com o

⁴¹ A candidatura ao Programa Operacional do Potencial Humano (2ª edição), contou com o apoio da Associação Juvenil C.A.O.S. e, teve como intuito promover uma Formação ao nível da Gestão Doméstica e Financeira.

⁴² Durante o curso as pessoas auferiram uma bolsa de formação no valor do salário mínimo nacional, pelo que existiu a necessidade de ajustarem os valores das prestações de RSI durante este tempo.

⁴³ Por dificuldades de espaço e equipamento este curso iniciou-se nas Antas, passando depois para as instalações da LPPS na Rua Santa Catarina.

stress; Vivência dos afetos; Metodologia do Projeto: da Teoria à Prática; Gestão do Tempo; Ser Assertivo; Etiqueta, cortesia e Imagem Pessoal; Ser e Estar em Família; Viver em Comunidade; Saúde, Higiene e Segurança; O mundo do trabalho; Expressão Dramática e Corporal; Expressão Plástica e Musical; Técnicas de Leitura e de Escrita; Plano de Inclusão; Avaliação final da Formação.

Todo o contacto com as instituições que acolheram os estágios foram diretamente acompanhados pelos técnicos do gabinete de emprego e pelas técnicas de acompanhamento da LPPS. Das 15 senhoras inscritas, 14 terminaram a formação.

A fim de dar cumprimento a outras situações-problema diagnosticadas, foi necessário pensar e estruturar uma segunda candidatura. Desta vez a medida surgiu por via da Associação Juvenil C.A.O.S. e visou a criação de uma Formação em Gestão Doméstica e Financeira, com a duração de 6 meses, para 15 pessoas (foram integradas 3 pessoas do bairro do Lagarteiro, sendo as restantes provenientes de outros locais da cidade do Porto). A formação decorreu entre os meses de Julho e Dezembro de 2011. Durante a formação 4 pessoas foram excluídas por terem atingido os limites de faltas justificadas.

Alfabetização

O Curso de Alfabetização de Adultos⁴⁴, teve início em Setembro de 2010 e contou com a participação de 31 alunos (15 Homens e 16 Mulheres), cuja média de idades é de 34 anos, distribuídos por 4 turmas (uma por cada ano letivo)⁴⁵. A fim de monitorizar e avaliar o projeto foi constituído um grupo de reflexão⁴⁶ cuja missão foi avaliar a intervenção e realizar o ponto de situação dos participantes (e.g. assiduidade, pontualidade, justificação de faltas,

⁴⁴ II Edição

⁴⁵ O curso de alfabetização decorre na Escola EB1 / JI do Lagarteiro.

⁴⁶ Constituído por representantes da DREN e da Segurança Social bem como os parceiros do Atendimento Integrado da área da educação mais concretamente a Associação Nortevida, o Programa Escolhas.

passagem ou retenção dos alunos) e, em particular, aferir do impacto e/ou da necessidade de dar continuidade ao processo e, assim, projetar (ou não) os anos seguintes.

4. A Metodologia do Projeto de Investigação

A abordagem metodológica assumida para o nosso projeto de investigação, tal como já foi referida, é de natureza qualitativa e assume, neste estudo, a forma de Estudo de Caso. E, como tal, trata-se de uma pesquisa que compreende a utilização de métodos e o estabelecimento de procedimentos didáticos, metodológicos e técnicos específicos” (Oliveira, 2012, p. 43).

4.1. Estudo de Caso

O Estudo de Caso é um esquema de investigação apropriado a estudar uma situação-problema, num determinado período de tempo. A vantagem deste tipo de investigação radica no facto de permitir ao investigador concentrar-se num caso específico ou situação e identificar os diferentes processos interativos. No nosso caso vamos assumir o Estudo de Caso Observacional e nesse propósito estudar o caso da Comunidade Empreendedora enquanto medida da IBC na/para a promoção da inserção na vida ativa, a partir da nossa própria ação e das representações de dois grupos de pessoas inquiridas.

No Estudo de Caso Observacional, a técnica de recolha de dados é a observação participante, sendo o objeto de estudo uma determinada organização, um aspecto particular de uma instituição, uma actividade da escola ou a combinação de todos estes aspectos” (Barbosa, 1999, p. 148).

Uma opção que tem a ver com o facto de a investigadora ter relações de âmbito profissional – assistente social – com o território e o público que agora estuda e, conjuntamente, o papel de investigadora.

4.2. Recolha de dados

O processo de recolha de dados combinou a análise documental (documentos externos e registos internos), a auscultação, a observação participante e entrevistas de grupo.

a) Análise documental

A recolha de informação foi feita a partir da análise e interpretação de documentos normativos que definem e estruturam o labor e as medidas implementadas nas IBC e, em especial, no Bairro do Lagarteiro. A intenção que lhe subjaz pretende averiguar princípios e lógicas de ação, nomeadamente a partir da análise dos: 1) normativos legais; 2) protocolos de parceria; 3) boletins da Iniciativa e 4) relatórios intercalares de monitorização⁴⁷ e, assim, “conhecer os factos verídicos com a maior objectividade e o menor número de distorções, dentro da situação particular que estuda” (Sousa, 2005, p. 88).

b) Entrevistas

A entrevista seguiu uma estratégia não diretiva, do tipo semiestruturada e foi aplicada a um grupo de pessoas de diferentes idades e sexo. O instrumento privilegiado, porquanto permite estabelecer com as pessoas entrevistadas “uma conversa amena e agradável no decurso da qual o entrevistado vai proporcionando as informações que o entrevistado espera” (Sousa, 2005, p. 247). E, uma modalidade que nos permite de modo natural e no decorrer da conversação inquirir sobre “os porquês e os esclarecimentos circunstanciais que possibilitam uma melhor compreensão das respostas, das motivações e da linha de raciocínio que lhe estão inerentes” (Idem). Mais, porque nos permite averiguar sentimentos, opiniões, factos, atitudes, decisões e/ou motivações (Selltiz et al, 2006).

A opção pela entrevista semi-dirigida, tem a ver com o facto de querermos uma visão global e, nesse propósito, honrar a “linha de raciocínio, intervindo

⁴⁷ Realizados de três em três meses, sempre que se realiza uma Comissão de Acompanhamento, ou pontualmente caso se justifique.

apenas nos momentos em que o sujeito possa estar a desviar-se do assunto em questão” (Ibidem, p. 249).

Para as entrevistas selecionamos 10 pessoas e agendamos as entrevistas para os dias 22 e 29 de Dezembro de 2011. Para além destas, entrevistamos ainda a Coordenadora da medida 2.5 – Comunidade Empreendedora – Gabinete de Emprego. A realização das entrevistas, seguiu o guião elaborado para o efeito cujo referencial visava inquirir sobre (1) as expectativas geradas com a criação do gabinete e da medida 2.5. – Comunidade Empreendedora; (2) aferir das mudanças percebidas ao nível da relação pessoal e social das pessoas implicadas na medida; (3) as aprendizagens feitas por ação da medida e os efeitos práticos deste roteiro na/para a sua inserção na vida ativa.

As entrevistas foram realizadas, entre os dias 22 e 29 de dezembro de 2011, na sede da IBC Lagarteiro. Das 10 pessoas chamadas a participar, compareceram apenas 7. Três no primeiro dia e, portanto no dia 22 de Dezembro e 4 no segundo, ou seja, no dia 29 de Dezembro. Os restantes faltaram sem que fosse participada qualquer explicação. A duração média de cada entrevista foi de cerca de 40 minutos e decorreu no gabinete da equipa e portanto na comunidade de residência dos entrevistados.

O primeiro cuidado foi criar um ambiente agradável e assim um clima de diálogo franco e respeitoso. Clarificado o âmbito da entrevista e assumindo a confidencialidade dos dados, solicitamos autorização para registrar as respostas em suporte áudio.

A entrevista à Coordenadora da medida aconteceu já no decorrer no ano de 2012. Também, neste caso, inquirimos sobre os domínios e efeitos do gabinete. E, principalmente, sobre o percebido, em termos de impacto, na vida das pessoas que por lá passaram.

c) Observação Participante

A observação e auscultação enquanto método de análise resulta da ação direta do investigador e, cumulativamente, das reuniões realizadas no âmbito

do trabalho desenvolvido enquanto profissional a exercer a função de dinamizadora da/na Comunidade Empreendedora. Uma oportunidade que se revelou fundamental para enriquecer o diálogo com a informação recolhida nas entrevistas. “A observação em educação destina-se essencialmente a pesquisar problemas, a procurar respostas para questões que se levantem e a ajudar na compreensão do processo pedagógico” (Sousa, 2005, p. 109). Nesta lógica, continua o mesmo autor, “a observação permite efectuar registos de acontecimentos, comportamentos e atitudes, no seu contexto próprio e sem alterar a sua espontaneidade” (Idem).

d) Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica que permite, nas palavras de Adérito Barbosa (1999), “inferir sobre a fonte e condições de contexto em que se produziu o material a estudar” (p. 150). O propósito é obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam, a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens. “Em qualquer caso, a análise de conteúdo incide sobre a captação de ideias e de significações da comunicação (Almeida e Pinto, 1976, p. 96). Uma técnica que exigiu o registo dos dados conforme as referências teóricas e as categorias convocadas para a análise.

5. Apresentação dos Dados

Este estudo apresenta três *corpus*: um relativo às entrevistas com os utentes do GE; um segundo relativo à entrevista com a Coordenadora e um terceiro referente à observação participante desenvolvida no âmbito do nosso trabalho enquanto profissional e enquanto investigadora.

5.1. Participantes/Amostra

Para as entrevistas, tal como já referimos, convidamos 10 pessoas (6 pessoas do sexo feminino e 4 do sexo masculino). Compareceram 7 pessoas (5 pessoas do sexo feminino e 2 do sexo masculino). Destas, apenas 2 estão a trabalhar e 5 estão ainda em situação de desemprego (Quadro 3).

Quadro 3- Participantes/Amostra

Código Identificação	Sexo	Idade	Ano Escolaridade	Curso
IS	F	42	4	POPH
IF	F	34	6	POPH+EFA
BF	F	18	12	TIC
OJ	F	26	6	TIC
MO	F	44	6	POPH
PS	M	25	5	TIC
HS	M	28	9	a ⁴⁸

As expetativas geradas com a medida 2.5. e a criação do gabinete em termos de formação e de empregabilidade (q1)

Relativamente às expetativas iniciais da população concluímos que estávamos perante uma população com baixos níveis de qualificação, e na maior parte, sem qualquer contacto como mercado de trabalho e, portanto, em termos de empregabilidade. Se na situação atual é difícil a integração profissional, para esta população, cujo perfil académico é, na maioria dos casos, inferior à escolaridade mínima obrigatória, mais difícil é.

Por isso mesmo, as expetativas à partida, são positivas, até porque se trata de um projeto diferente e “vinha” para

ajudar muita gente, mas haviam de ter ajudado mais na questão do emprego, isto tá mal, tá difícil, sempre vão arrançando uns métodos päs pessoas irem evoluindo e terem as capacidades maiores. No meu caso, tenho 25 anos, o 5º ano de escolaridade e estou desempregado, tenho apenas como experiência profissional a realização de biscates na área da construção civil. E por isso as minhas expetativas só podiam ser positivas (PS).

⁴⁸ Na presente data encontrava-se a aguardar integração em turma TIC, bem como o resultado duma entrevista de emprego.

Na verdade, o gabinete surgiu numa lógica de criação de oportunidades, desta forma surgiram os cursos TIC em articulação com o Programa Escolhas e que permitiu a formação em competências básicas de informática bem como o acesso a novas formas de procura de emprego. E, nessa lógica, registam,

ajudou-me bastante até, não tinha conhecimento daquele site, comecei a procurar nesse site, fui encontrando algumas coisas que eu gostava, nunca recebi propostas, enviei currículos várias vezes (HS).

De facto,

“aprendi, por exemplo, a fazer o meu próprio currículo e a dar valor ao que eu tinha o meu currículo”(MO).

“A minha passagem pelas TIC valeu, porque o primeiro curso foi fácil, era o básico e eu já sabia (...). o segundo fez-me pensar, porque era mais difícil, era tudo digital isso e eu já não percebia muito (...). Valeu a pena até pó currículo, até porque tenho dois certificados de TIC” (BF).

Tratando-se de pessoas que se encontram em situação de fragilidade, o acompanhamento é fundamental, situações houve que apesar do acompanhamento precisavam de outras “forças”. Regista a pessoa que categorizamos com as letras BF

“sabe, fui sozinha e foi o que me desmotivou no curso, porque eramos 5 e eu fiquei sozinha no curso passado um mês (...) e isso desmotiva (desmotivou) muito” (OJ).

Relativamente às pessoas que passaram pela experiência do estágio em contexto de trabalho, por via dos cursos aprovados pelo POPH, reiteram ter adquirido competências que posteriormente colocaram em prática em entrevistas de emprego, nomeadamente

saber escutar (...). Vamos supor a gente vai a uma proposta de trabalho, primeiro temos de estar tranquilas e não como eu ansiosa (...). A gente tem de saber primeiro estarmos e para poder avançar, porque parece que não a nossa imagem e essas coisas todas transmite para o outro lado onde a gente vá. Aprendi muito (IF).

Nesta questão os participantes referiram a importância dos cursos básicos de informática, bem como da frequência em cursos de formação para a inclusão, nomeadamente na estruturação da escrita e linguagem e evidenciaram como ponto a melhorar a constituição de turmas mistas e com população de outras áreas geográficas.

E, sobretudo, as expectativas geradas em torno do combate à pobreza e exclusão social. Situação que mereceu um destaque maior com a criação de novas áreas de formação só possíveis pela medida. Na verdade, as principais áreas de intervenção contempladas são o desenvolvimento de respostas integradas no domínio da formação e emprego que permitam uma estreita articulação entre o conteúdo das ações propostas e as especificidades dos públicos visados (e.g. desempregados de longa duração, imigrantes, cidadãos sujeitos a medidas tutelares executadas na comunidade)⁴⁹. De resto, a candidatura aprovada, teve em conta os referenciais do Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social. Um Eixo que reúne um conjunto de instrumentos de política que visam criar condições de maior equidade social no acesso a direitos de participação cívica, à qualificação e educação e ao mercado de trabalho.

As políticas de apoio à inserção social e profissional de pessoas em situação de desfavorecimento e de promoção de uma cidadania mais ativa e alargada constituem prioridade deste Eixo que contempla ações de prevenção e reparação de fenómenos de exclusão social.

⁴⁹ <http://www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=370>

Mudanças percebidas ao nível da relação pessoal e social (q2)?

A nível pessoal as mudanças percebidas foram mais evidentes ao nível comportamental,

Aprendi a ser mais tolerante (...) O que quero dizer é que frequentar o curso fez com que ficasse com uma autoestima totalmente diferente (IF).

Mais autonomia, vou ser mais concreto, aquilo que eu quero dizer é, uma coisa que há uns tempos atrás a gente tava acomodado, e depois com o passar dos tempos e a vossa ajuda a gente evoluiu (MO)

Isto, porque,

“já me consigo controlar mais, porque antes era mais impulsiva”(IF).

Ao nível das relações interpessoais, as relações geradas criaram, sobretudo se pensarmos na experiência de estágio e que foram muito importantes, nomeadamente ao nível dos “contatos profissionais” (IS, IF) e, pela comunicação que foi desenvolvida (IF). E, embora a experiência tenha terminado, o sentimento que fica é positivo. Numa palavra,

“É gratificante” (OJ).

Ainda hoje entro em contacto com elas (...) fiquei com os contactos das cozinheiras, das educadoras...dos dois infantários. Elas eram espetaculares” (IS).

Aprendizagens feitas por ação da comunidade empreendedora (q3)?

Em termos de aprendizagens, as respostas são diversas. Uns enfatizam a aprendizagem ao nível da “informática” – das TIC (BF, IF, OJ, MO), outros ao

nível do saber estar (IF) e, outros, ainda, ao nível da aprendizagem em exercício, por via do em estágio (IF). E, sendo verdade que se “aprende” (MO), fica a ideia de que não é positivo aprender exclusivamente “com pessoas do bairro” (IF). É importante diversificar e sair daquele “contexto” sob pena de não se promover a mobilidade e o contato com outras pessoas e outras realidades. Mesmo assim, explica o PS, “ajudaram muita gente, mas haviam de ter ajudado mais na questão do emprego” (PS). Em termos práticos,

“aprendi a escrever uma carta (...) como escrever, o principio o meio e o fim (IF).

Sabia mexer no computador mas muito pouco, e agora sei trabalhar bem. Aprendi muitas coisas novas. Aprendi a fazer o meu próprio currículo (...) eu tinha, mas não era como tenho agora (...). Aprendi a fazer muita coisa, por exemplo a fazer as minhas contas do mês, aprendi a (...). Eu aprendi a fazer mesmo o orçamento e está impecável (MO).

Mostrou-me que hoje a gente pa poder falar, tem que saber escutar (...) tem saber estar. Para além disso, aprendi a mexer no computador coisa que eu não sabia mexer, aprendi. Aprendi a ir ao word, a trabalhar no excel (...) aprendi (IF)

Efeitos práticos em termos de inserção na vida profissional (q4)?

Neste campo, o registo é de que “o gabinete trouxe mais autonomia e oportunidades de emprego” (PS) e, nesse sentido, “abriu novas portas pelo contacto com os empregadores” (MO). Porém,

“a vida atual, complexa que está, não facilita o processo de inserção na vida ativa, mas isso não tem a ver com a ação do gabinete” (HS).

As competências adquiridas foram colocadas em prática, especialmente, “em entrevistas de emprego, tava nervosa, mas já não era aquela ansiedade” (IF).

Fui a algumas entrevistas mas não posso dizer que o curso teve grande utilidade (...). O curso fez-me bem porque já não estava habituada a acordar cedo (...) desde que saí da escola que já não acordava cedo, já não tinha rotina (...). Acordava cedo (...) mas já não era tao cedo (BF).

Por outro lado, as

“nossas competências foram reconhecidas por outras instituições. No estágio, por exemplo, “a patroa está a tentar abrir um salão cá no Porto e já me propôs emprego” (MO).

5.2. À Coordenadora

As expetativas geradas com a medida em termos de formação e de empregabilidade (q1).

Seguindo uma matriz semelhante à adotada para os outros participantes, desafiamos a Coordenadora da medida a responder as quatro grandes questões: 1) o que é que aconteceu?; 2) contexto do emprego/desemprego mudou?;

No quadro da IBC, o gabinete foi criado para promover a qualificação da população, através da dinamização de ações de formação e educação-formação, apostando no reconhecimento das competências existentes e envolvendo todos os serviços já existentes, Centros de formação, Centros de emprego, GIP da Junta de Freguesia de Campanha, Associações locais, etc, por forma a gerar uma atitude mais dinâmica, na implementação das suas medidas e instrumentos, numa lógica de proximidade com o local,

com o apoio do técnico do gabinete nesta mediação. Garantindo assim a continuidade do trabalho após a saída do Projeto.

Nesse sentido, “o que é que aconteceu?” foi ainda “pouco”, tendo em conta as expectativas geradas em torno do programa e desta da medida. Na realidade,

face ao espaço temporal desde a elaboração da candidatura, até ao início da intervenção no território, associada á entrada tardia da equipa técnica, verificaram diversas alterações á política de emprego, levando a equipa da IBC e do IEFP a redefinir as ações inicialmente previstas (Pólo de RVCC, agência de pequenas iniciativas locais e a plataforma de novas atividades), enquadrando o gabinete do Bairro nas já existentes nas proximidades. Reavaliando novamente em 2010 a realidade, e ajustando as medidas à população. Neste quadro, podemos dizer que muito há ainda para fazer, contudo a estratégia foi de capacitar a população, para que adquiram competências de modo a facilitar a sua inserção no mercado de trabalho. Assim, face a esta realidade e ao contexto do mercado de trabalho, as expectativas terão que ser sempre ponderadas, existem “handicaps” pessoais e relacionais que necessitam de tempo e de estratégias inovadoras para serem minimizados, e claro que a população não pode compactuar com estes “timings”, precisam é de respostas rápidas e eficazes, e neste sentido as suas expectativas são elevadíssimas e desajustadas.

Dando sequência às questões da entrevista, apuramos que:

O contexto atual do mercado de emprego é complexo e de difícil acesso, em especial para populações com estas características, constatando-se expectativas diferentes em relação à medida e aos efeitos que a mesma poderia vir a ter na vida das pessoas.

Assim a “mediação” e a “relação interinstitucional” das ações da medida é fundamental para que se construam respostas adequadas e ajustadas. Desta forma,

a técnica dinamizadora da medida era uma mediadora que maximizava as respostas existentes ao nível da formação e do emprego, envolvendo todos os parceiros, constituindo também uma mais valia no âmbito do acompanhamento social às famílias - RSI e Ação Social (metodologia de atendimento integrado), numa lógica de proximidade, e com capacidade para construir respostas à medida da população, aproveitando e rentabilizando todos os recursos existentes.

No caso da população do Lagarteiro e penso que atualmente a nível nacional, estas medidas geram sempre “alguma” expectativa, mas pouca. A realidade dos nossos dias não permite que a população, principalmente indivíduos com histórias de vida tão difíceis, acreditem em soluções “rápidas” e atrativas no mercado de trabalho. Por isso a aposta em elevar a escolaridade e reforçar as condições de empregabilidade dos residentes socialmente mais fragilizada foi o nosso objetivo.

Mudanças percebidas ao nível da relação pessoal e social (q2)?

O que eu sinto é, (claro que empiricamente), que em termos de desenvolvimento pessoal e relacional houve mudanças positivas (...) quer nos cursos com os jovens (CEF), quer no trabalho desenvolvido com os grupos de mulheres, obviamente que isto não foi apenas da responsabilidade do gabinete, foi no âmbito de um projeto global, partilhado por todas as instituições parceiras, com uma aposta muito grande na educação não - formal. Assistindo-se a mudanças qualitativas do ponto de vista pessoal e obviamente com impacto nas relações, sobretudo, no que respeita à forma de estarem, à maneira de se vestirem, valorizando a sua imagem (...). melhorando as suas expectativas e mais aptas para que, autonomamente se integrem no meio laboral ou formativo.

Sobre as aprendizagens feitas pela ação da comunidade empreendedora (q3).

As aprendizagens foram várias. Aprendemos (reforçamos a ideia) que temos necessidade de elaborar Planos de Formação Integrados (escolas, centros de formação, GIP, etc) (...). Cada um faz um bocado a formação à sua medida e conforme as candidaturas, não há partilha entre as escolas, os Centros de Formação, as entidades promotoras de formação, os GIP, entre outras constatando uma grande desadequação das ofertas formativas (o que já não é novidade).

Constatamos que continua a existir uma grande desarticulação entre as medidas políticas sectoriais e aprendemos que com o modelo de gestão da IBC foi possível estabelecer esta articulação, cruzando medidas, projetos e instrumentos sectoriais.

Aprendemos também que continuamos a ter timings desadequados entre os vários níveis de formação. Aprendemos que não vale a pena trabalhar com grupos, que não se consiga depois garantir a sua continuidade. Por exemplo, o facto de termos dois anos de alfabetização e depois ser suspensa, desmotiva, associado por vezes á fragilidade do aluno e há relação negativa que teve com a escola.

A questão da proximidade é fundamental. Não significa que seja obrigatórios os técnicos estarem sempre nos territórios. O que tem de acontecer é, uma política de proximidade, criar relações de empatia, de confiança e, trabalhar as competências pessoais, sociais e profissionais, a partir do indivíduo e das suas potencialidades e integrada, em todas as suas dimensões.

Efeitos práticos em termos de inserção na vida profissional (q4)

Relaciona-se com a questão das mudanças percebidas ao nível da relação pessoal e social. Os efeitos práticos, (...) são o aumento da auto-estima, o reforço das competências escolares e profissionais, a valorização pessoal e a criação de oportunidades de mudança que obviamente aumentaram a possibilidade de inserção no mundo do trabalho desta população.

5.3. Observação participante e o desafio do investigador/ator

A Pedagogia Social na lógica do serviço de mediação social

A oportunidade para trabalhar na IBC surge na sequência da contratação de um técnico social para esta medida que possuísse um percurso profissional e académico ajustado a esta linha de intervenção e da necessidade de desenvolver uma mediação socioeducativa ativa e capacitante. Significa isto que a Pedagogia Social, tal como nos diz Paula Brandão (2007) é desafiada “para o serviço da construção de laços comunitários” (p, 2) e chamada, por via do pedagogo social,

a desenvolver e realizar a sua missão profissional através uma consciência (vigilância) ética. No sentido de que é uma pessoa que age com e para pessoas, ele torna-se responsável por assumir e desenvolver um agir ético através de um caminho de formação permanente (Idem).

Nesse âmbito, a nossa ação passa por uma lógica de serviço interativa e comprometida com a pessoa e a sua comunidade de pertença. Uma ação possível graças às características da mediação socioeducativa. É a realidade de cada pessoa que demanda uma ação e um plano de desenvolvimento coerente à sua estrutura humana.

A mediação interinstitucional encetava e desafiava as instituições e as pessoas a um encontro e a uma proximidade que só o pedagogo social

coadjuvava e promovia. Neste contexto, o pedagogo social terá de ser um facilitador do processo de forma a ativar de uma relação de proximidade funcional.

A mediação visava, assim, a criação de sinergias e de motivação positivas e adequadas ao projeto de vida de cada pessoa e a missão a de tornar parte ativa na construção do seu projeto de inserção profissional.

Uma atitude coerente com a medida 2.5 - Comunidade Empreendedora, porquanto visava criar sinergias entre várias entidades de formação e prover um percurso integrado de cada pessoa. Nesse cenário, houve que realizar reuniões e contactos vários (e.g. IEFP, CFPORTO, LC-ENSINO). A meta era, sempre que possível, estruturar uma resposta personalizada. E, se necessário, fazer nascer uma resposta mais estruturada como a que submetemos a candidatura, por via do POPH. Um processo exigente e um trabalho de cooperação articulado e consertado entre várias (e diferentes) instituições (e.g. Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Associação C.A.O.S, Espaço T , LC Ensino).

Na verdade, a medida 2.5, exigiu um trabalho de interação com as pessoas – por via da entrevista, organização e gestão de turmas/horários e seleção cuidada da pessoa. Cada turma contemplava apenas a possibilidade (e a oportunidade) para 25 pessoas. E, um processo de mediação interinstitucional.

Um compromisso reforçado por atividades paralelas e externas ao próprio processo formativo (e.g. surf e/ou atividades radicais).

6. Discussão de dados

O que temos até agora é que a medida Comunidade Empreendedora, desde o início da sua ação, gerou um plano de ação diversificado e estruturado de forma a responder a cada um dos “utentes” do gabinete. O roteiro é bastante eclético e diferenciado, tendo criado oportunidades várias ao nível da formação. Mas, se a intenção primeira era a inserção na vida profissional, este desiderato está por cumprir.

No entanto, a intervenção assumiu especial relevo no domínio do Acolhimento pessoalizado e formativo. A lógica foi sempre a de gerar sinergias positivas e devolver a cada pessoa a possibilidade (e a oportunidade) para a partir da sua história de vida pessoal e profissional, construir uma resposta integrada e um projeto que passava pela procura ativa de trabalho.

Em termos quantitativos, a Comunidade conseguiu um painel de formadores bastante eclético e de níveis de interesse diversos. No campo da alfabetização, foram constituídas 4 turmas em diferentes níveis de aprendizagem e neste ano foram certificados com o diploma de 1º ciclo 4 pessoas⁵⁰.

Ao nível da Formação em Tecnologias da Informação, frequentaram o curso mais de oitenta pessoas (n=84). Todas concluíram o Curso Básico de Informática. O Curso de Literacia Digital contou com 15 formandos. Para isso foi necessário criar 3 turmas de 5 elementos cada. Duas pessoas frequentaram a Formação Cisco⁵¹. Um curso exigente, porquanto impõe requisitos mínimos, neste caso possuir o 9º ano de escolaridades e conhecimentos em inglês. Circunstância que diminuiu as expectativas e condicionou o número de pessoas inscritas.

⁵⁰ Este dado foi obtido pela professora responsável através de pergunta telefónica, realizada em Janeiro de 2012.

⁵¹ À data não possuíamos elementos se já terminaram a formação com sucesso.

Sobre o processo de Revalidação de Competências, das 39 pessoas sinalizadas, 9 abandonaram, não tendo sido entregue o trabalho final para certificação das suas competências; 18 encontram-se a frequentar, sendo 10 do género feminino e 8 do género masculino; 8 pessoas aguardam colocação em turmas; 4 terminaram com sucesso e foram certificadas (1 pessoa foi certificada com o 6º ano de escolaridade e 3 com o 9º ano de escolaridade).

Dos 67 jovens sinalizados para integração em Cursos de Formação, 10 abandonaram as formações (1 por motivos de saúde e 9 por terem atingido o limite permitido de faltas); 50 jovens encontram-se a frequentar; e 7 jovens aguardam o início de novas formações, tendo já realizado todas as entrevistas de seleção.

Nos cursos de Formação de Adultos, foram sinalizados 23 adultos (15 do género feminino e 8 do género masculino); 2 pessoas abandonaram por terem atingido o limite de faltas permitido; 12 encontram-se a frequentar sendo 7 do género feminino e 5 do género masculino; 9 pessoas aguardam o início de novas formações, tendo já realizado todas as entrevistas de seleção.

Relativamente aos cursos resultantes do POPH, terminaram a formação 14 pessoas e após a formação, foram integradas 2 em cursos CEF para certificação de 9º ano, 3 em EFAS, 1 iniciou processo de RVC, 4 foram integradas no mercado de trabalho e as restantes encontram-se em processo de avaliação para encaminhamento para respostas formativas à medida. Todo este processo foi realizado em parceria com o Centro de Formação do Porto.

A nível da colocação em mercado de trabalho, durante este tempo foram integradas 8 pessoas (5 do género feminino e 3 do género masculino).

Estes foram até á data do estudo, os dados oficiais, no entanto e através do contacto que mantemos com as instituições que trabalham no bairro do Lagarteiro, temos a informação que mais duas pessoas foram integradas em mercado de trabalho, no entanto esta informação vai sendo atualmente recolhida pelos técnicos que acompanham as respetivas famílias. O mesmo irá acontecer com a finalização dos cursos CEF e EFA previstos para o ano de 2012.

Mais importante que os números, interessa traçar o “retrato” das mudanças qualitativas produzidas no quadro da “medida 2.5.” Na realidade, o que sobressai é que a “medida” teve particular impacto na atitude das pessoas e das instituições. No caso das instituições a relação sociopedagógica assumida é agora de maior abertura e de maior comunicação entre as várias instituições da comunidade “do Lagarteiro”. A maior disponibilidade advém do tipo de interações e do maior conhecimento e confiança adquiridas a partir das ações.

No campo pessoal, o desenvolvimento é ainda maior, do contato sobressai uma atitude mais positiva e de maior confiança destas pessoas. A estratégia seguida de maior proximidade e de maior implicação das pessoas no/para o seu projeto de vida gerou em cada uma delas uma “forma de estar mais comprometida” (Coord) e quase sempre de maior “auto-estima”.

Naturalmente, são apenas “impressões” que carecem de mais estudos. Mas, a natureza do presente estudo não tem essa finalidade. Quisemos sim descrever e partilhar a nossa experiência e, a partir daqui, abrir campo para estudos maiores, quando houver já resultados mais concretos.

Conclusão

Atualmente os processos de desenvolvimento encontram-se direcionados para um rumo mais económico, que determina diferentes possibilidades de acesso a níveis de qualidade vida e bem-estar, em que os grupos mais vulneráveis, raramente encontram essa via de inclusão que lhe permita aceder a esses níveis.

As comunidades são hoje em dia perspetivadas como espaços socializadores, onde são construídas e desenvolvidas as identidades locais e coletivas, tornam-se elas em espaços de participação, onde a intervenção comunitária se evidencia através da observação das suas potencialidades e fragilidades, que através da mobilização dos recursos existentes na comunidade e tendo como ponto de partida as necessidades da população, vão-se construindo sinergias e através da envolvimento da população nos projetos, é que estes se tornam significativos.

Partindo dos fundamentos bases deste projeto que se refere á sua

natureza experimental nasce da percepção de que experiências anteriores se tinham revelado insuficientes ou insatisfatórias nos seus graus de efectividade e sustentabilidade da mudança induzida, devido à dificuldade de mobilização dos diversos actores-chave, à dificuldade em assegurar a coerência e a concertação atempada das várias acções, vontades e recursos bem como à dificuldade em garantir a focalização da acção conjunta nas dinâmicas dos territórios durante e – sobretudo - na pós-intervenção⁵².

Definindo uma estratégia de intervenção focalizada na pessoa, nas suas potencialidades, permitiu-nos criar uma mudança positiva ao nível das atitudes e dos comportamentos da população.

⁵² http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/ideiachave_ibc/ideiachave_acciao.html

O grande contributo do GE foi, essencialmente, reconhecido ao nível das competências da cidadania ativa. Mormente, ao nível das competências pessoais e sociais, expressas em atitudes de autoconfiança e de relações interpessoais

Tendo em conta o trabalho realizado, podemos concluir que a integração destes aprendentes na Comunidade Empreendedora se baseou nos fundamentos da Pedagogia Social, que se caracteriza por “uma cultura de trabalho orientada para a promoção de laços sociais significativos entre pessoas, instituições e comunidades, funcionando nesta medida como uma antropologia prática associada a valores de humanismo de carácter relacional (...) uma «pedagogia de proximidade humana» ou «pedagogia de hospitalidade social (Baptista, 2008, p.22).

A intervenção global realizada neste bairro permitiu já alcançar alguns objetivos traçados no/pelo Plano de Ação. A aprendizagem resulta aqui das interações e, em particular, da “política de proximidade” instituída e desenvolvida com esta comunidade e por esta comunidade. Tudo feito em prol de uma comunidade que se deseja “saudável” e empreendedora. Naturalmente, acreditamos que

o Lagarteiro será um espaço residencial aberto, seguro e com qualidade urbana, onde o gosto pela aprendizagem e a convivência alargada reforcem as oportunidades, individuais e colectivas, para prosperar e para uma melhor integração na cidade⁵³.

No entanto e tendo em conta, o limite temporal a que estivemos limitados, é-nos dado aferir que, efetivamente,

⁵³ <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/lagarteiro/> (excertos do diagnóstico da Operação Lagarteiro- IBC)

a Iniciativa assumiu o desígnio de experimentar uma abordagem em que o fortalecimento do sistema de actores se configura como um passo prévio e basilar para o desenvolvimento da mudança, numa lógica processual e dinâmica assente em pressupostos de reconhecimento e respeito mútuos, na construção de condições de confiança, compromisso e capacitação para a produção conjunta da acção⁵⁴..

Mais, o sucesso das ações deveu-se ao facto de priorizarmos o acolhimento como política de intervenção de proximidade e com ela construir um caminho que gera em cada pessoa a vontade para mais fazer. Aumentar as expectativas, criar oportunidades e trabalhar a partir das potencialidades da cada pessoa é, parece-nos ser, a melhor estratégia para construir uma sociedade solidária e de relações consistentes e coerentes com os princípios das sociedades democráticas e cada vez mais plurais.

Porque acolhem e reconhecem as pessoas e as instituições, porque estimulam á implicação, porque sustentam a participação, porque capacitam e induzem cada ser humano e cada instituição a ser e a fazer mais e melhor, porque criam oportunidades de desenvolvimento contínuo, ao longo da vida e na vida de uma cidadania activa e responsável (Azevedo, 2008, 22)

A criação de redes interinstitucionais (públicas e privadas) são, também, apanágio de uma melhor possibilidade de diálogo e de integração das pessoas que, por razões várias, estão em situações de vulnerabilidade. Articular e potenciar as sinergias locais e territoriais é o passo que julgamos adequado. Aumentar e diversificar a oferta educativa territorial, bem como, promover e estruturar Programas de Formação Integrado desde os Agrupamentos de

⁵⁴ http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/ideiachave_ibc/ideiachave_accao.html

Escolas, aos Centros de Formação, bem como posteriormente aos Centros de Emprego é, para nós, pedagogos sociais, a melhor via para o sucesso pessoal e, obviamente, profissional.

As dificuldades sentidas pela população, na efetiva inserção profissional são vividas de forma muito específica. Trata-se de uma população que embora viva perto de tudo, está distante de tudo!.

Trabalhar as competências básicas é essencial e isso só é possível se houve deferência e oportunidade para valorizar as potencialidades da pessoa humana. Um trabalho que exige comprometimento e uma atitude positiva e, um trabalho cooperativo interinstitucional magnânimo e solidário, pois só assim é possível, criar uma oferta formativa adequada às necessidades do atual mercado de trabalho. É este cruzar de interesses e de motivações que é preciso desenvolver e que julgámos estar a ser desenvolvido pela IBC, mormente, pela medida 2.5. – Comunidade Empreendedora. Isto, é preciso abrir o diálogo com as empresas e com as organizações escolares e/ou de formação e, partir daí, fazer o *matching* entre a necessidade e a oferta ou entre a oferta e a procura.

Inovar é pensar e estruturar de forma inteligente as nossas próprias potencialidades e sinergias. Inovar é criar nas pessoas, em cada pessoa, a vontade para ser mais. Naturalmente,

Esta aposta exige tempo e tempos diversos de maturação. Exige, sobretudo, a todos os intervenientes, novas formas de organização e de gestão dos calendários de execução, novas formas de “estar” nos projectos e novas “práticas” de desenvolvimento das acções.

Exige também persistência e aprofundamento da natureza experimental que caracteriza este desafio, bem como um modelo de monitorização e avaliação de expectativas, resultados e impactos - também ele mais exigente e inovador face aos modelos tradicionais⁵⁵.

⁵⁵ http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/ideiachave_ibc/ideiachave_mudanca.html

Claramente, “o processo de inovação [desta intervenção] assenta na capacidade de se desencadear, individualmente e coletivamente, processos de aprendizagem que levam à resolução dos problemas sociais, urbanísticos, económicos e culturais locais⁵⁶.

Em nenhuma intervenção existe recurso mais valioso que a própria pessoa.

⁵⁶ <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc/lagarteiro> (excertos do diagnóstico da Operação Lagarteiro- IBC)

Bibliografia

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação. Um guia prático e crítico*. Porto: Edições ASA.
- Almeida, J. & Pinto, J. (1976). *A investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Ed. Presença
- Appadurai, A. et al (2009). *Podemos viver sem o outro? As possibilidades e os limites da interculturalidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Augé, M. (2005). *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- Azevedo, J. & Fonseca, A. (2007). *Imprevisíveis Itinerários de transição escola – trabalho*. Vila Nova de Gaia: Edições da Fundação Manuel Leão.
- Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social*. V1.Lisboa: UCP, p. 7-40
- Azevedo, J. (2008). O presente e o futuro. In *Seminário PME*. Pequenas e Médias Empresas. Leça da Palmeira
- Azevedo, J. (2009). A Educação de Todos e ao Longo de Toda a Vida e a Regulação Sociocomunitária da Educação. *Cadernos de Pedagogia Social*. V3. Lisboa: UCP, p. 9-34.
- Azevedo, J. (2011). *Liberdade e política pública de educação. Ensaio sobre um novo compromisso social pela educação*. Vila Nova de Gaia: FML
- Bairros Críticos: Instituto de Habitação e Associação Microcrédito querem dinamizar economias locais (2010) [Online],http://www.publico.pt/Sociedade/bairros-criticos-instituto-de-habitacao-e-associacao-microcredito-querem-dinamizar-economias-locais_1434109, Relatório Final do Estudo de Avaliação da disseminação

de produtos EQUAL nos territórios da Iniciativa Bairros Críticos - Março de 2009 (PDF - 699,41 KB - 64 páginas)

Baptista, I. (2004). *Redes, Parcerias e Compromissos: Segredos de uma Cidadania – Capaz*. In “Educação e Cidadania”. Noeli Reck Maggi (org.). Editora UniRitter. Porto Alegre

Baptista, I. (2007). Políticas de alteridade e cidadania solidária – as perguntas da Pedagogia Social. *Cadernos de Pedagogia Social*. V1, Lisboa: UCP, p. 135-151

Baptista, I. (2008). Pedagogia Social: Uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de acção. *Cadernos de Pedagogia Social*. V2. Lisboa: UCP, p. 7-30.

Barbosa, A. (1999). *Jovens do futuro. Proposta para uma pastoral de jovens*. Apelação: Paulus.

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bauman, Z. (2006). *Amor líquido – sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio D’Água

Bauman, Z. (2007). *A vida fragmentada. Ensaios sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio de Água.

Brandão, P. (2007). A pedagogia Social na lógica do serviço. Porto: UCP (Dissertação de mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Pedagogia Social)

Bueno, M.; Salles, M. & Bastos, S. (2008). Espaço, universo de relações e a questão da alteridade. Uma reflexão sobre a cidade de São Paulo/Brasil. *Cadernos de Pedagogia Social*. V2. Lisboa: UCP, p. 101-115

- Cachada, F. (2008). *Relação Escola – Comunidade. O Papel da Mediação Social*. [Dissertação apresentada à Universidade católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, Especialização em Pedagogia Social.]
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- Capul, M. & Lemay, M. (2003). *Da educação à intervenção social*. Porto:Porto Editora
- Carballeda, A. (2002). *La intervención em lo social. Exclusión e integración en los nuevos escenarios sociales*. Barcelona: Paidós
- Caride-Gómez, J.; Freitas, M. & Callejas, G. (2008). *Educação e Desenvolvimento Comunitário Local. Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições.
- Carmo, R. (2010). *Desigualdades Sociais 2010*. Estudos e Indicadores. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Carneiro, R. (2001). *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem*. Fundação Manuel Leão. Vila Nova de Gaia.
- Carreras, J. & Molina, J. (2006). *Pedagogia Social. Pensar la educación social como profesión*. Madrid: Alianza Editorial.
- Carvalho, A. & Baptista, I. (2004). *Educação Social. Fundamentos e Estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Cavaco, C. (2007). Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Complexidade e novas actividades profissionais. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2, p. 21-34. [On line] <http://sisifo.fpce.ul.pt>, 10/12/2011.
- Clavel, G. (2004). *A sociedade da exclusão. Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora

- Cruz, R. (2010). Ser Pobre em Portugal Percepções da Pobreza e Políticas Sociais. In *Desigualdades Sociais, 2010, Estudos e Indicadores*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, p.111-118.
- Farfus, D. (2008). *Empreendedorismo social e desenvolvimento local: um estudo de caso no Sesi Paraná*. [Dissertação apresentada ao Centro Universitário Franciscano do Paraná - UNIFAE, para obtenção de grau de Mestre em Organizações e Desenvolvimento, na Área de Organizações e Desenvolvimento Local.]
- Fermoso, P. (1994), *Pedagogía Social. Fundamentación científica*. Barcelona, Herder.
- Fernandes, A. (1997). *Velhice e Sociedade. Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editoras.
- Fraga, L. (2001). *Reflexões sobre o mundo actual. Problemas sociais contemporâneos*. Porto: Campo das Letras
- Gonçalves, A. (1998). Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto (v.I), p. 15 a 31
- Gonçalves, J. (2007). Invisibilidade e reconhecimento: a construção da literacia moral em Pedagogia Social. *Cadernos de Pedagogia Social*. V1. Lisboa: UCP, p. 83-103.
- Guerra, P. (2003). A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para uma abordagem de um objeto complexo. *Sociologia*. Porto: FLP.
- Guiddens, A. (2007). *A Europa na era global*. Barcarena: Presença
- Hole, S. & McEntee, G. (1999). Reflection is at the heart of practice. *Educational Leadership* 56(8), 34-37.
- Innerarity, D. (2009). *A sociedade invisível. Como observar e interpretar as transformações do mundo actual*. Lisboa: Teorema

- Jares, X. (2007). *Pedagogia da convivência*. Porto: Profedições
- Leandro, M. (coord.). (2011). *Laços Familiares e Sociais*. Lisboa: Psicossoma.
- Lopes, Marcelino de Sousa, (2009). A Animação Sociocultural na Terceira Idade: Empreendedorismo e Novos Espaços de Empregabilidade. *Animação Sociocultural na Terceira Idade*. Chaves: Intervenção – Associação Para a Promoção e Divulgação Cultural, p. 219-227.
- Maia, P. (Coord.)(2009). Projecto Bairros Críticos em balanço. Solidariedade: [On line], <http://www.solidariedade.pt/sartigo/index.php?x=3863>, 1/05/2011.
- Marina, J. (2007). *Aprender a conviver*. Lisboa: Sextante Editora
- Moos, R. (1979). *Evaluating educational environments*. San Francisco: Jossey-Bass
- Neves, T.; Guedes, M. & Araújo, T. (2009). Mediação Comunitária e Mudança Social. *Cadernos de Pedagogia Social*. V3. Lisboa: UCP, p. 45-60.
- Nobre, F. (2009). *Humanidade. Despertar para a cidadania global solidária*. Lisboa: Círculo de Leitores
- Pais, J. (2010). *Lufa-Lufa Quotidiana Ensaio Sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- Palmeirão, C. & Menezes, I. (2009). A Interação Geracional como estratégia Educativa: Um Contributo para o Desenvolvimento de Atitudes, Saberes e Competências entre Gerações. *Animação Sociocultural na Terceira Idade*. Chaves: Intervenção – Associação Para a Promoção e Divulgação Cultural, p. 22 - 35.
- Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores

- Patrício, M. (Coord.) (2002). *Globalização e diversidade. A escola cultural, uma resposta*. Porto: Porto Editora
- Queiróz, M.C & Gros, M.C (2002). *Ser jovem num Bairro de Habitação Social*. Porto: Campo das Letras – Editores, S.A.
- Ramos, T. (Coord.) (2009). A iniciativa dos Bairros Críticos. *Relatório de Avaliação Global*. Editora Universidade Católica CESS - Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia Faculdade de Ciências Humanas
- Ribeiro, M. (2008). Direito ao trabalho e cidadania social. A Educação ao serviço da solidariedade. *Cadernos de Pedagogia Social*. V2. Lisboa: Porto: UCP, p. 155-162.
- Rodrigues, A. (2008). *A dignidade da pessoa humana e os seus direitos*. Estoril: Príncípa.
- Savater, F. (2006). *O valor de educar*. Lisboa: Dom Quixote
- Selltiz, c. *et al* (2006). Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. Diversos.
- Serroy, J. & Lipovetsky, G. (2010). *A cultura mundo. Resposta a uma sociedade desorientada*. Lisboa: edições Setenta
- Sousa, A. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte
- Stake, R. (2007). *Investigación com estúdio de casos*. Madrid: Morata
- Stoer, S. & Magalhães, A. (2005). A Diferença somos nós. *A Gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais*. Porto: Edições Afrontamento
- Tedesco, J. (2000). *O novo pacto educativo. Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna*. Vila Nova de Gaia: FML
- Torremorell, M. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto: Porto Editora.

Touraine, A. (1998). *Iguais e diferentes. Poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget

Úcar, X. & Berne, A. (Coord.) (2006). *Miradas y diálogos en torno a la acción comunitária.* Barcelona: Editorial Graó

Vários (2006). Iniciativa Bairros Críticos. *Revista Dependências.* Especial [online], 6/10/2011.

Villar, M. (2001). *A cidade educadora. Nova perspectiva de organização e intervenção municipal.* Lisboa: Instituto Piaget.

SITOGRAFIA:

<http://inet.sitepac.pt/ForumAnexo3PoliticaUrbana.pdf>

www.iefp.pt/formacao/ModalidadesFormacao/CursosJovens/Paginas/CursosJovens.aspx

www.ies.org.pt/conhecimento/empreendedorismo_social/

www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=370

www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ibc/pt/ibc/docs_pdf_ibc/publicacoes/brochura_10versao.pdf

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005

O Programa do XVII Governo Constitucional reconhece o papel decisivo das cidades no desenvolvimento das sociedades contemporâneas e a complexidade dos desafios associados às cidades enquanto concentrações de recursos humanos e institucionais, onde coexistem problemas e oportunidades.

Esse reconhecimento justifica o compromisso de lançar uma política de cidades que deverá visar o sistema urbano como um todo e as cidades que o constituem.

A política de cidades que se pretende implementar durante a legislatura deverá integrar, de forma articulada, quatro pilares complementares:

- a) Qualidade de vida e funcionalidade;
- b) Competitividade e inovação;
- c) Reabilitação e valorização dos espaços urbanos consolidados;
- d) Qualificação e reinserção urbana de áreas críticas.

Embora uma política de cidades forte e coerente dependa da forma como se conseguir a integração destes quatro pilares, uma atenção muito particular deve ser dada à temática das áreas urbanas críticas. Com efeito, pela concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes anda associado e pelo bloqueio de oportunidades, estes espaços, por um lado, constituem o mais urgente desafio em termos de promoção da cidadania e da coesão social e, por outro, representam um grande risco no que respeita a comportamentos que podem minar a qualidade de vida e a competitividade das principais aglomerações metropolitanas. Acresce que, por essas mesmas razões, estes são os espaços urbanos onde é mais complexa a intervenção, menos duradouros se apresentam os seus resultados e mais necessário se torna encontrar formas inovadoras de intervenção que assegurem um forte envolvimento local e resultem em maior capacitação das populações.

Assim, e de modo a adquirir, desde já, experiência sobre soluções inovadoras que devem integrar, em função do resultado da sua avaliação, o pilar «Qualificação e reinserção urbana de áreas críticas» da política de cidades que se pretende implementar, são agora lançadas operações nesse domínio.

Existe já, em Portugal, alguma experiência de intervenção neste tipo de áreas urbanas, nomeadamente no âmbito do Programa de Reabilitação Urbana, das iniciativas comunitárias Urban (I e II) e da Intervenção Operacional de Renovação Urbana, que permitiram desenvolver acções onde tiveram relevo o desenvolvimento de parcerias numa perspectiva multidisciplinar, a participação das populações, a criação de estruturas locais de execução e o ajustamento das acções aos problemas específicos de cada uma das áreas.

O Programa Polis previa também uma componente dedicada a intervenções de requalificação em áreas de alojamento social, que não chegou a ser cabalmente potenciada.

Beneficiando da valia desta experiência, e tendo em vista o aprofundar da política de cidades que se pretende

executar, importa prosseguir os esforços de desenvolvimento das políticas anteriores, aperfeiçoando e inovando nas metodologias e nos instrumentos de intervenção. É este sentido de procura e desenvolvimento de soluções inovadoras e duráveis que fundamenta a Iniciativa que agora se toma para o desenvolvimento de operações de requalificação urbana de bairros críticos.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve aprovar o lançamento da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, cujo âmbito e modelo de organização e funcionamento obedecerão ao determinado nos seguintes números:

1 — As operações a desenvolver pretendem estimular e testar soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas inovadoras em termos da concepção, implementação e avaliação da acção pública em áreas urbanas críticas, e a experiência recolhida será levada em consideração na política de cidades que se pretende executar.

2 — Estas operações incidem sobre um número restrito de bairros das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, definidos pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ouvidas as respectivas câmaras municipais, e terão um horizonte temporal delimitado (2005-2007).

3 — Para cada bairro, deve ser preparado um programa de intervenção coerente e com um forte conteúdo inovador, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Concepção e natureza das intervenções, pondo em relevo a dimensão inovadora das soluções, a sustentabilidade das acções, a durabilidade dos resultados e a perenidade dos seus efeitos, sem dependência permanente de recursos públicos;
- b) Metodologia, dando forte relevo à coordenação estratégica e à convergência de acção entre diversos actores e assumindo claramente a participação cívica como condição de êxito da intervenção;
- c) Recursos, apostando na mobilização de novas fontes de financiamento e em parcerias público-privado.

4 — Os programas de intervenção em cada bairro devem responder a problemas imediatos e, ao mesmo tempo, estimular a criação de novas oportunidades a partir das potencialidades existentes, através de soluções desenvolvidas à luz dos seguintes princípios orientadores:

- a) Natureza exemplar, inovadora e experimental das intervenções a concretizar;
- b) Projectos mobilizadores viáveis, devendo cada intervenção incluir uma acção/projecto âncora com elevado potencial de mobilização dos moradores e de transformação estrutural das condições do bairro;
- c) Foco na reabilitação e qualificação habitacional, urbanística e ambiental;
- d) Coordenação estratégica e participação cívica como condições de êxito;
- e) Exploração de novos recursos e mobilização de novas fontes de financiamento como factor de sustentabilidade;
- f) Valor acrescentado e durabilidade de resultados e efeitos.

5 — Sem prejuízo da dimensão inovadora que se pretende estimular e no respeito dos princípios definidos no número anterior, são privilegiadas as acções que se enquadrem na seguinte tipologia:

- a) Surgimento de novas formas organizativas, capazes de associar a prestação de serviços essenciais para a melhoria da qualidade de vida no bairro (incluindo a gestão e manutenção do espaço público e do edificado) à criação de novas oportunidades de emprego para os residentes;
- b) Construção de respostas adequadas à integração social das crianças e dos jovens, bem como da população socialmente excluída e das minorias étnicas, nomeadamente através de acções nos domínios da educação, da formação, das artes, da cultura, do desporto e do lazer;
- c) Surgimento de iniciativas e equipamentos de suporte necessários ao desenvolvimento de acções de animação, formação e acompanhamento no acesso ao emprego e à microempresa;
- d) Disponibilização de espaços adequados ao desenvolvimento das actividades, incluindo as de natureza económica, dos residentes;
- e) Dinamização e apoio a iniciativas de natureza arquitectónica, urbanística e ambiental que contenham uma dimensão inovadora significativa;
- f) Preparação de um projecto global de reinserção funcional e urbanística do bairro na área (cidade) envolvente.

6 — Para cada bairro objecto desta Iniciativa será constituído um grupo de trabalho para, num processo fortemente participado e articulado com as organizações locais, preparar o programa de intervenção, traduzido num protocolo de parceria a celebrar entre todas as entidades envolvidas na sua execução.

7 — Cada grupo de trabalho integra representantes das seguintes entidades:

- a) Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que coordenará;
- b) Ministro de Estado e da Administração Interna;
- c) Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social;
- d) Ministro da Saúde;
- e) Ministro da Educação;
- f) Ministro da Cultura;
- g) Câmara municipal respectiva;
- h) Junta de freguesia respectiva;
- i) Outras entidades com experiência de trabalho relevante no bairro.

8 — Cada uma das entidades representadas no grupo de trabalho designa o seu representante no prazo de 15 dias a contar da data do despacho que selecciona o bairro.

9 — Os grupos de trabalho referidos no número anterior beneficiam de apoio metodológico a prestar pelo Instituto Nacional de Habitação para que as acções do programa de intervenção correspondam aos princípios anteriormente fixados.

10 — O contributo de cada grupo de trabalho deve estar concluído no prazo de seis meses e traduzir-se-á na identificação das acções e projectos concretos a desenvolver e na preparação de um protocolo de parceria que possa comprometer as entidades relevantes para o sucesso da operação.

11 — Os grupos de trabalho terminam as suas funções com a celebração do protocolo de parceria.

12 — O protocolo de parceria relativo a cada bairro estabelece:

- a) Os objectivos concretos a atingir, a estratégia a prosseguir, o programa de acção a desenvolver, as metas a atingir e os mecanismos de monitorização e avaliação;
- b) Os compromissos assumidos por cada um dos parceiros, incluindo a estrutura de financiamento da operação;
- c) Os meios financeiros disponíveis para a execução das acções previstas;
- d) Uma unidade de acção estratégica local com um modelo e composição ajustados às problemáticas, à natureza das parcerias, às capacidades de acção e às intervenções a implementar em cada bairro.

13 — O protocolo de parceria está sujeito a homologação conjunta do Ministro de Estado e das Finanças, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e dos ministros competentes em razão das acções a desenvolver.

14 — A unidade de acção estratégica local é, ao nível de cada bairro, uma estrutura de animação e acompanhamento das acções e projectos a executar e tem como principal missão:

- a) Dinamizar novas soluções e identificar e preparar as acções que concretizam o protocolo de parceria, bem como apoiar os seus executores no acesso aos financiamentos;
- b) Elaborar as propostas que considere necessárias à optimização dos resultados da intervenção;
- c) Assegurar a ocorrência das condições de durabilidade dos resultados alcançados e de continuidade das estruturas que venham a ser criadas.

15 — A coordenação desta Iniciativa cabe ao Instituto Nacional de Habitação, que para o efeito deve:

- a) Apoiar a preparação dos protocolos de parceria, designadamente na definição das respectivas estruturas de financiamento;
- b) Apoiar as unidades de acção estratégica local na execução dos protocolos de parceria;
- c) Executar os procedimentos necessários para organizar os processos a submeter às entidades financiadoras, em particular ao mecanismo financeiro do espaço económico europeu;
- d) Assegurar o relacionamento com as entidades financiadoras, sempre que o mesmo não seja da competência de outras entidades, designadamente o envio regular de relatórios relativos à implementação dos projectos financiados, bem como a comunicação de eventuais irregularidades detectadas;
- e) Seleccionar, com o apoio dos coordenadores das unidades de acção estratégica local, as acções que dêem concretização aos protocolos de parceria e que devam ser financiadas por recursos orçamentais geridos pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- f) Desenvolver as acções necessárias para promover o envolvimento de financiamentos privados em projectos específicos no quadro desta Iniciativa;

- g) Assegurar que os promotores dos projectos têm capacidade financeira e técnica necessária para que os projectos sejam implementados com sucesso;
- h) Articular-se com os diversos serviços da Administração, para que seja desenvolvida, nos domínios das respectivas atribuições e dos programas por que sejam responsáveis, uma intervenção concertada com os objectivos dos programas de acção em cada bairro;
- i) Assegurar o acompanhamento dos projectos e a avaliação da Iniciativa;
- j) Promover a incorporação dos resultados alcançados nas políticas de qualificação e reinserção urbana a desenvolver no próximo período de programação dos fundos estruturais.

16 — É criada uma comissão de acompanhamento, que conta com o apoio do Instituto Nacional de Habitação, à qual compete emitir parecer quanto à selecção e desenvolvimento dos projectos e ao acompanhamento e avaliação da Iniciativa, e que é composta por representantes dos Ministros referidos no n.º 7 e das câmaras municipais envolvidas na Iniciativa.

17 — O financiamento desta Iniciativa é assegurado pela articulação, no quadro do protocolo de parceria, dos recursos dos orçamentos das entidades participantes e dos programas, com financiamento nacional ou comunitário, que contemplem a elegibilidade das acções em causa, sem prejuízo das suas regras específicas.

18 — Para além dos financiamentos referidos no número anterior, esta Iniciativa será objecto de uma candidatura a financiamento no âmbito do mecanismo financeiro do espaço económico europeu, até ao limite máximo de 12,5 milhões de euros.

19 — Os membros dos grupos de trabalho e da comissão de acompanhamento não auferem qualquer remuneração suplementar pelo exercício das funções previstas na presente resolução, acumulando as funções de origem com a participação na presente Iniciativa.

20 — A presente Iniciativa vigora até 31 de Dezembro de 2007.

Presidência do Conselho de Ministros, 2 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto n.º 20/2005

de 7 de Setembro

O Santuário de Fátima encontra-se a promover a construção da Igreja da Santíssima Trindade, comumente designada por Nova Basílica de Fátima.

A implantação deste equipamento religioso, cuja construção já se encontra em curso, vem agravar as deficientes condições urbanísticas da área em causa, quer em matéria de infra-estruturas rodoviárias e de estacionamento automóvel, quer no que respeita aos equipamentos sociais de apoio necessários para dar cumprimento aos novos desideratos que a área pretende servir, quer ainda no que se refere à necessidade de se promoverem novos espaços verdes e áreas livres que permitam a circulação, o descanso e o lazer das pessoas que frequentarão o novo equipamento em construção.

O crescimento rápido, feito de forma incoerente e sem enquadramento em instrumento de planeamento adequado, determinou a imagem urbanística desqualificada que está hoje associada a esta zona de Fátima.

A área a classificar como área crítica de recuperação e reconversão urbanística integra-se no perímetro urbano da cidade de Fátima, delimitado pelo Plano de Urbanização de Fátima (revisão), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 148-B/2002, de 30 de Dezembro, actualmente em vigor para a zona.

A imagem urbana actual e as necessidades acrescidas, determinadas pela construção da Nova Basílica de Fátima, constituíram o fundamento para a elaboração do novo Plano de Pormenor da Avenida do Papa João XXIII, conforme deliberação da Câmara Municipal de Ourém de 15 de Outubro de 2002. Este instrumento de planeamento territorial, que se encontra ainda na fase inicial de elaboração, tem como área de intervenção a da presente área crítica de recuperação e reconversão urbanística.

Assim, tendo em vista possibilitar a célere intervenção da Câmara Municipal de Ourém na reabilitação e renovação urbana da área em causa, de modo a inverter as deficientes condições urbanísticas existentes, este órgão executivo solicitou ao Governo que a mesma fosse declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística, ao abrigo do disposto no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro.

Nesse sentido, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Ourém aprovou, em 4 de Fevereiro de 2005, a delimitação da presente área crítica de recuperação e reconversão urbanística.

Considerando o disposto no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Área crítica de recuperação e reconversão urbanística

É declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística de Fátima a área, no município de Ourém, delimitada na planta anexa ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Ações de recuperação e reconversão urbanística

A Câmara Municipal de Ourém promove, em cooperação com as demais entidades interessadas, as acções e o processo de recuperação e reconversão urbanística da área crítica de recuperação e reconversão urbanística de Fátima.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Julho de 2005. — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Francisco Carlos da Graça Nunes Correia.

Assinado em 14 de Agosto de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ SAMPAYO.

Referendado em 18 de Agosto de 2005.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

quem, em desconformidade com a Constituição, o direito internacional, o direito comunitário ou acto legislativo de valor reforçado.

2 — A decisão do tribunal que se pronuncie sobre a inconstitucionalidade ou ilegalidade de norma jurídica ou sobre a sua desconformidade com convenção internacional, para efeitos do número anterior, equivale, para os devidos efeitos legais, a decisão de recusa de aplicação ou a decisão de aplicação de norma cuja inconstitucionalidade, ilegalidade ou desconformidade com convenção internacional haja sido suscitada durante o processo, consoante o caso.

3 — O Estado e as regiões autónomas são também civilmente responsáveis pelos danos anormais que, para os direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, resultem da omissão de providências legislativas necessárias para tornar executivas normas constitucionais.

4 — A existência e a extensão da responsabilidade prevista nos números anteriores são determinadas atendendo às circunstâncias concretas de cada caso e, designadamente, ao grau de clareza e precisão da norma violada, ao tipo de inconstitucionalidade e ao facto de terem sido adoptadas ou omitidas diligências susceptíveis de evitar a situação de ilicitude.

5 — A constituição em responsabilidade fundada na omissão de providências legislativas necessárias para tornar executivas normas constitucionais depende da prévia verificação de inconstitucionalidade por omissão pelo Tribunal Constitucional.

6 — Quando os lesados forem em tal número que, por razões de interesse público de excepcional relevo, se justifique a limitação do âmbito da obrigação de indemnizar, esta pode ser fixada equitativamente em montante inferior ao que corresponderia a reparação integral dos danos causados.

CAPÍTULO V

Indemnização pelo sacrifício

Artigo 16.º

Indemnização pelo sacrifício

O Estado e as demais pessoas colectivas de direito público indemnizam os particulares a quem, por razões de interesse público, imponham encargos ou causem danos especiais e anormais, devendo, para o cálculo da indemnização, atender-se, designadamente, ao grau de afectação do conteúdo substancial do direito ou interesse violado ou sacrificado.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2007

A Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, designada por Iniciativa Bairros Críticos, foi aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro, visando o desenvolvimento de soluções de requalificação urbana através da promoção de programas de intervenção num número restrito de bairros das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em que se adoptam e testam soluções

institucionais, procedimentais e tecnológicas inovadoras quanto a concepção, implementação e avaliação da acção pública em áreas urbanas críticas.

Foram assim definidos três programas de intervenção da Iniciativa, incidindo nos bairros da Cova da Moura e do Vale da Amoreira, na área metropolitana de Lisboa, e no bairro do Lagarteiro, na área metropolitana do Porto, a executar por via do estabelecimento de parcerias com diversas entidades institucionalmente e socialmente envolvidas na respectiva execução e criadas as unidades de acção estratégica local.

Essas unidades de acção encontram-se a desenvolver as atribuições que lhes foram cometidas na prossecução dos objectivos da Iniciativa, sob a coordenação do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

A citada Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro, delimitou em 2005-2007 o horizonte temporal para a execução dos programas de intervenção em causa, fixando, no seu n.º 20, 31 de Dezembro de 2007 como data do termo da vigência da Iniciativa.

Face ao trabalho que se encontra a ser executado nos bairros objecto da Iniciativa e ao conhecimento agora existente da programação cronológica das acções e projectos a desenvolver, entende o Governo ser essencial criar um horizonte temporal que permita assegurar a continuidade desse trabalho e, como tal, o cumprimento dos objectivos que nortearam a criação da Iniciativa de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Prorrogar até 31 de Dezembro de 2013 o período de vigência da Iniciativa de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro.

2 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Presidência do Conselho de Ministros, 20 de Dezembro de 2007. — O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Centro Jurídico

Declaração de Rectificação n.º 118/2007


Ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que a Portaria n.º 1430/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 211, de 2 de Novembro de 2007, cujo original se encontra arquivado neste Centro Jurídico, saiu com a seguinte inexactidão que assim se rectifica:

No n.º 1 do artigo 38.º, onde se lê «É permitida a transferência de farmácias instaladas nos municípios que tenham uma capitação superior à prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º para os municípios limítrofes em que a capitação seja inferior» deve ler-se «É permitida a transferência de farmácias instaladas nos municípios que tenham uma capitação inferior à prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º para os municípios limítrofes em que a capitação seja superior».

Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros, 20 de Dezembro de 2007. — A Directora, Susana Brito.

Anexo 3

SG-10 OC/22-01-2



NUNO VASCONCELOS
Presidente

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SECRETARIA-GERAL

*A DHRU
(o anexo já trouxe-se
para o GTS).*
MARIA JOÃO FREITA
Vogal

VI-
DPR-
24 JAN 2009

*A IAC
27/1/2009*

Exm.º Senhor
Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Habitação e da Reabilitação
Urbana, IHRU
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 5
1099-019 LISBOA

Sua referência Sua comunicação Nossa referência
DCRP
Of. circ. Rua de "O Século", 51 - 3.º 1200-433 LISBOA
Tel: 213 231 500 . Fax: 213 231 574
E-mail: relacoes_publicas@sg.maotdr.gov.pt

**ASSUNTO: PROTOCOLO DE PARCERIA - PROGRAMA DE INTERVENÇÃO 2007-2013
LAGARTEIRO (PORTO)**

MANUEL MADRUGAL
Director


Por determinação da Senhora Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, cabe enviar a V. Ex.ª fotocópia autenticada do Protocolo supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Secretária-Geral
Maria Helena Fernandes
Maria Helena Fernandes

Anexo: Protocolo (fotocópia autenticada)
GM

Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana	
MAOTDR - Secretaria Geral	
Rev. Original 2009-01-23	153150
Distribuição	GATS

 Papel 100% reciclado

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SE.A.G. Em 10.01.2009

Amorim

PROTOCOLO DE PARCERIA
PROGRAMA DE INTERVENÇÃO 2008-2012
LAGARTEIRO (PORTO)

No âmbito da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro, e prorrogada com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2007, de 31 de Dezembro, desenvolveu-se o seguinte Programa de Intervenção 2008-2012 para o Lagarteiro, no concelho do Porto.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
S.E.A.G. Em 10.01.2009

efm/eca

HOMOLOGAÇÕES MINISTERIAIS:

Ministro de Estado e das Finanças

F. Teixeira de Freitas

Ministro da Presidência

Roberto Silva

Ministro da Administração Interna

R. Carlos Pereira

Ministro da Justiça

Alberto Pinto

Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Francisco Nunes Comónia

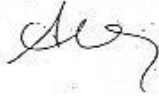
Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social

J. Paulo Ventura

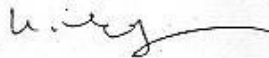
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
S.E.A.G. Em 20.07.2009

C. Fonseca

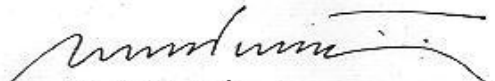
Ministra da Saúde



Ministra da Educação



Ministro da Cultura



(José António Pinto Ribeiro)

HOMOLOGAÇÃO DA AUTARQUIA:

Presidente da Câmara Municipal do Porto



ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 20.01.2009

C. Fonseca

Considerando:

1. O papel decisivo das cidades no desenvolvimento das sociedades contemporâneas, assim como a diversidade dos problemas e desafios que lhes estão associados.
2. A complexidade das intervenções em áreas urbanas críticas, mas também a sua urgência visando atingir níveis de cidadania e de coesão social próprios de uma sociedade desenvolvida.
3. A necessidade de responder aos problemas existentes numa óptica de criação de novas oportunidades.
4. A importância da cooperação inter-institucional, da articulação de instrumentos de política e da participação dos cidadãos, tendo em conta a complexidade e interdependência dos problemas e oportunidades que se colocam às áreas urbanas críticas.
5. A criação, pelo XVII Governo Constitucional, da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro e prorrogada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 187/2007, de 31 de Dezembro, envolvendo sete ministérios, autarquias e parceiros locais.
6. A realização experimental desta Iniciativa em três bairros-piloto, um dos quais o Lagarteiro, no concelho do Porto.

Relembrando que a política de cidades deve incluir dimensões múltiplas, como o emprego, a educação, a cultura, a intervenção social, a segurança ou a saúde, articulando-as de forma coordenada de modo a qualificar e reinserir urbanística e socialmente as áreas críticas;

Salientando que os processos de qualificação e reintegração de áreas urbanas críticas devem orientar-se por princípios gerais de sustentabilidade, inovação, abertura, participação e proximidade, mobilizando agentes institucionais e locais numa relação de diálogo construtiva e responsabilizadora;

Reconhecendo a necessidade de estas intervenções serem desenhadas de modo a responder às necessidades e oportunidades específicas de cada área urbana, implicando a passagem progressiva de processos de decisão centralizados, sectoriais e burocráticos para processos coordenados, participados e flexíveis;

Reconhecendo ainda que estas intervenções devem explorar recursos e soluções de financiamento público e privado que assegurem a eficiência das políticas públicas, a sustentabilidade das ações e a durabilidade dos resultados;

Reforçando a avaliação positiva do trabalho que o Grupo de Parceiros Locais tem realizado em prol de um Programa de Intervenção 2008-2012 para o Lagarteiro, numa complementaridade entre organismos centrais, regionais e locais.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
S.E.A.G. Em 20.01.2009

e. Almeida

[Handwritten signatures and initials]

É celebrado o presente Protocolo de Parceria, que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes: *[Handwritten mark]*

Cláusula Primeira

Os organismos e instituições locais outorgantes declaram a sua concordância com o Programa de Intervenção 2008 – 2012 definido para o Lagarteiro (Porto), em anexo ao presente protocolo e que dele faz parte integrante, adiante designado por Programa. *[Handwritten initials]*

Cláusula Segunda

Os organismos e instituições locais outorgantes, enquanto entidades responsáveis por acções identificadas no Programa, ou as entidades por quem se façam representar, comprometem-se a concretizá-las dentro das suas atribuições e competências, cabendo ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, enquanto coordenador da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", a organização da sua execução. *[Handwritten initials]*

Cláusula Terceira

Os organismos e instituições locais outorgantes, enquanto entidades parceiras de acções identificadas no Programa, ou as entidades por quem se façam representar, comprometem-se a encetar todos os esforços para garantir a melhor execução dessas acções. *[Handwritten initials]*

Cláusula Quarta

Os organismos e instituições locais outorgantes, enquanto entidades responsáveis ou parceiras de acções identificadas no Programa, ou as entidades por quem se façam representar, comprometem-se a promover todas as diligências adequadas à obtenção de apoios financeiros complementares, nomeadamente através de candidaturas, patrocínios ou protocolos com entidades públicas e privadas.

Cláusula Quinta

Os organismos e instituições locais outorgantes, enquanto entidades responsáveis ou parceiras de acções identificadas no Programa, ou as entidades por quem se façam representar, comprometem-se a colaborar na sua monitorização e avaliação.

[Handwritten signature]

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

SEAG Em 20.01.2009

R. Fonseca

[Handwritten signatures and initials]

Cláusula Sexta

O IHRU, enquanto entidade coordenadora da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", no âmbito da Comissão Executiva do Lagarteiro, compromete-se a enviar semestralmente um relatório de actividades de gestão para os organismos e instituições locais outorgantes, ou para as entidades por quem se façam representar, e para os Ministérios competentes em razão das acções a desenvolver.

[Handwritten initials]

Cláusula Sétima

O presente protocolo vigorará no prazo de execução do Programa de Intervenção 2008-2012.

[Handwritten signatures and initials]

29 de Maio de 2008

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)

[Handwritten signature]

Instituto Português da Juventude (IPJ)

[Handwritten signature]

Instituto do Desporto de Portugal (IDP)

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Polícia de Segurança Pública (PSP)

[Handwritten signature]

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
S.E.A.G. Em 20.01.2009

e. f. f. f. f. f.

Polícia Judiciária (PJ)

Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS)

Direcção Geral de Serviços Prisionais (DGSP)

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana Habitação (IHRU)

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Instituto da Segurança Social (ISS)

Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN)

Instituto da Droga e da Toxicod dependência (IDT)

Direcção Regional de Educação do Norte (DREN)

João Paulo Xavier

Direcção Geral das Artes (DGA)

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 01.2009

RF

E. Fonseca

Margarida Fernandes

Fundação Porto Social

João Ricardo Duarte Soares

Junta de Freguesia da Campanhã

Obra Diocesana de Promoção Social

Filipe

Fundação FILOS

Associação

Associação para a Promoção da Saúde NORTE VIDA

Irone Cristina Gomes Pereira Pinto

Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS)

João Carlos Duarte

Futebol Clube "Os Amigos da Campanhã"

CAOS

Associação Juvenil CAOS

Carlos Selgas

Benéfica e Previdente, Associação Mutualista

C.

m

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
S.E.A.G. Em 20.01.2009

Estoroy Anica

ANEXO

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO 2008-2012 LAGARTEIRO (Porto)

No âmbito da Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005, de 7 de Setembro, e prorrogada com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2007, de 31 de Dezembro, desenvolveu-se o seguinte Programa de Intervenção 2008-2012 para o Lagarteiro, no concelho do Porto.

Protocolo Iniciativa Bairros Críticos – Bairro do Lagarteiro Pág. 10

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
S.E.A.G. Em 10.01.2009

Emse

1.

SÍNTESE

**Programa de Intervenção 2008-2012
Lagarteiro (Porto)**

C. F. Almeida

EIXO 1. Requalificação urbanística e ambiental do bairro

(Medidas)

1.1 Reabilitação e Conservação dos Edifícios

(Acções)

- a) Reabilitação das partes comuns dos edifícios

1.2 Reabilitação e Manutenção de Espaços de Habitação

- a) Reabilitação física de fracções habitacionais devolutas
- b) Apoio e mobilização dos residentes para a reparação e remodelação do interior dos fogos de acordo com o programa municipal "Casa como Nova"
- c) Reabilitação física do interior dos alojamentos sempre que tal se mostre necessário e não se encontre no âmbito do programa "Casa como Nova"
- d) Disponibilização aos moradores de um Manual da Casa: uso, fruição e manutenção.

1.3 Novos espaços públicos ou colectivos

- a) Qualificação e reorganização urbanística de novos espaços públicos no bairro.
- b) Promoção de acessibilidades que articulem o bairro com o seu exterior (via pedonal e rodoviária).
- c) Desenvolvimento de acções de sensibilização para a "Manutenção e Vivência dos Espaços Públicos".

1.4 Novos equipamentos no bairro e na envolvente do bairro

- a) Sede do projecto – a activar;
- b) Espaço(s) ANIMAR – a activar;
- c) Centro social de Azevedo.

EIXO 2. Promover uma cidadania activa

(Medidas)

2.1 Saúde É Vida

- a) Acções dirigidas à problemática das dependências e outras manifestações de exclusão social
- b) Acções saúde e família: cuidados intergeracionais.

2.2 Segurança Activa

- a) Núcleo de Segurança Comunitária.
- b) Iniciativas de mediação familiar e comunitária.

2.3 Escola Em Rede

- a) Nós e o Ambiente - promover o desenvolvimento da educação para a cidadania ambiental.
- b) Projecto Educar para a Arte no 1.º Cido e pré-primária.
- c) Eu sou Capaz - Promoção de um projecto de vida que oriente os alunos para a confiança e uso das suas potencialidades.
- d) Férias Grandes
- e) Escola Acessível.
- f) Tempos livres para o sucesso escolar

E. Lima

2.4 A.N.I.M.A.R. – Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Activar, Reinserrir

- a) E-Bairro – Criação de uma Plataforma de divulgação das TIC's
- b) Oficinas (de) Vida – implementação de espaços destinados à prática de desportos, dança, expressão plástica, artesanal, de fotografia, de teatro, de música, etc
- c) Oficina da Criança - espaço destinado ao desenvolvimento de actividades lúdicas e de dinamização do tempo livre.
- d) Preparação do espaço de convívio e lazer para a população
- e) Bairro (Com) Vida - promover uma oferta sistemática de manifestações artísticas.
- f) Desporto é Futuro.
- g) Eco-Bairro
- h) Aprenditeca
- i) Lagarteiro Mix – Rádio Comunitária
- j) (Pro)habilidades Sociais

2.5 Comunidade Empreendedora

- a) Criação do Gabinete/equipa de Emprego e Empreendedorismo do Lagarteiro
- b) Constituição do Pólo RVCC
- c) Agência de Pequenas Iniciativas Locais
- d) Plataforma de Novas Actividades.

3. Questões operacionais, participação, proximidade, informação

- 3.1 Criação do Gabinete Técnico Local
- 3.2 Avaliação, Monitorização e Apoio Técnico
- 3.3 COP's e E-Learning
- 3.4 Seminários de Apoio Técnico e Formações Específicas Locais
- 3.5 Documentário e sistema de Comunicação

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 20.01.2009

E. Fonseca

2.

FICHAS DE ACÇÃO

Programa de Intervenção 2008-2012
Lagarteiro (Porto)

e. fonseca

EIXO 1 REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO
MEDIDA 1.1 REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS

1.RESUMO	Esta Medida procura responder a alguns problemas que afectam o Lagarteiro e os seus habitantes no que diz respeito à degradação do edificado, investindo na melhoria das condições de habitabilidade. Simultaneamente promove a cidadania das pessoas e a sensibilização para a conservação, manutenção e promoção da vida colectiva nos edifícios.
2.OBJECTIVOS	Promoção da requalificação do edificado. Promoção de uma gestão eficaz da vida colectiva em edifícios arrendados: utilização e manutenção.
3.AÇÕES	a) Reabilitação das partes comuns dos edifícios Reabilitação das partes comuns dos edifícios: elementos estruturais e de cobertura, zonas de circulação ou comunicação interna comum (entradas, vestíbulos, escadas e corredores) e instalações gerais afectas ao uso comum.
4.PROGRAMAÇÃO	a) Desenvolvimento do programa de Intervenção (2008 – 2012)
5.DESTINATÁRIOS	a) Agregados familiares residentes no Lagarteiro.
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	Desenvolvimento de projectos de intervenção/reabilitação nos edifícios. Promoção da organização eficaz da vida colectiva dos edifícios. Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento e para posterior continuidade das acções.
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhores condições de habitabilidade e imagem urbana do bairro. Desenvolvimento de capacidades organizativas para a manutenção do edificado e para a vida colectiva nos edifícios (relações de vizinhança).
8.RESULTADOS/IMPACTES	N.º de edifícios reabilitados N.º de edifícios organizados colectivamente para a gestão do uso, usufruto e manutenção Aumento da satisfação dos moradores em viverem no prédio/ no bairro
9.LIGAÇÕES	Eixo 1 Medida 1.2 Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	Junta de Freguesia de Campanhã
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) MAOTDR/ IHRU e CMP – (financiamento)

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

SE.AG. Em 20 07 2009

C. Franco

EIXO 1

REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO

MEDIDA 1.2

REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE HABITAÇÃO

1.RESUMO	Esta Medida procura responder a alguns problemas que afectam o Lagarteiro e os seus habitantes no que diz respeito à manutenção das fracções arrendada, investindo na melhoria das condições de habitabilidade, salubridade e segurança e conforto.
2.OBJECTIVOS	Melhorar as condições de habitabilidade, salubridade, segurança e conforto de algumas habitações. Melhorar as condições de habitabilidade, salubridade e segurança de algumas fracções de modo a serem reutilizadas para uma funcionalidade mais adequada e útil ao bairro: por exemplo, comércio. Elaborar um Manual da Casa: uso, fruição e manutenção.
3.ACÇÕES	a) Reabilitação física de fracções habitacionais devolutas Reabilitação de fracções sempre que tal se mostre necessário. b) Apoio e mobilização dos residentes para a reparação e remodelação do interior dos fogos de acordo com o programa municipal "Casa como Nova" c) Reabilitação física dos interiores dos alojamentos sempre que tal se mostre necessário e não se encontre no âmbito do programa "Casa como Nova" d) Disponibilização aos moradores de um Manual da Casa: uso, fruição e manutenção.
4.PROGRAMAÇÃO	a) a d) Desenvolvimento do programa de Intervenção (2008 – 2012)
5.DESTINATÁRIOS	a) a d) Residentes no Lagarteiro.
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	Levantamento e caracterização das condições habitacionais. Desenvolvimento dos projectos de intervenção/reabilitação em fracções habitacionais. Promoção da manutenção eficaz dos fogos: um serviço e um manual. Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento e para posterior continuidade das acções.
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhores condições de habitabilidade e satisfação dos residentes. Desenvolvimento de capacidades organizativas para a manutenção dos fogos.

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 20.07.2009

C. Fonseca

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 1 REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO
MEDIDA 1.2 REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE HABITAÇÃO

7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhores condições de habitabilidade e satisfação dos residentes. Desenvolvimento de capacidades organizativas para a manutenção dos fogos.
8.RESULTADOS/IMPACTES	N.º de fogos reabilitados Nível de satisfação dos moradores em viverem no fogo Taxa de sub e sobreocupação no bairro N.º de moradores conhecedores do Manual da Casa elaborado.
9.LIGAÇÕES	Eixo 1 Medida 1.1 Eixo 2 Medida 2.1b) Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	Junta de Freguesia de Campanhã
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) e c) MAOTDR/IHRU e CMP (financiamento) b) e d) MAOTDR/IHRU (candidatura) e CMP

E. Fonseca

EIXO 1
MEDIDA 1.3

REQUALIFICAR URBANÍSTICA E AMBIENTALMENTE O BAIRRO.
NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS.

1. RESUMO	Esta Medida visa a resposta a alguns problemas que afectam o Lagarteiro, os seus habitantes, na vivência quotidiana do espaço público e na ligação do bairro ao exterior. Pretende-se melhorar o espaço urbano do bairro, transformando-o num lugar de encontro e convívio, promovendo a sua requalificação, abertura ao exterior e à atracção de novas populações para a envolvente, bem como promover a conservação colectiva. Pretende-se ainda melhorar as acessibilidades (reinscrição urbanística do bairro).
2. OBJECTIVOS	Requalificação do espaço público, dotando-o de melhores condições de conforto e de segurança, transformando-o num espaço de encontro e de convívio da população local e atraindo novas populações para a envolvente ao bairro. Melhoria da imagem urbana do bairro (para a população local e do concelho) através da requalificação dos espaços colectivos, da diversificação da sua estrutura funcional e da sua qualificação ambiental. Promoção de novas acessibilidades que promovam a reinscrição urbanística do Lagarteiro, gerando fluxos mais intensos de saída e entrada. Sensibilização da população para a manutenção dos espaços públicos.
3. ACÇÕES	a) Qualificação e reorganização urbanística de novos espaços públicos no bairro. <ul style="list-style-type: none">- organização do programa de intervenção, validação e processo de acompanhamento e gestão dos processos da obra- reorganização urbanística do bairro, através da qualificação do espaço público e das infra-estruturas hidráulicas, eléctricas, gás e comunicações- qualificação do mobiliário urbano, arborização e ajardinamento- reorganização das vias e acessibilidades dentro do bairro b) Promoção de acessibilidades que articulem o bairro com o seu exterior (via pedonal e rodoviária). <ul style="list-style-type: none">- Organização de veredas de peões de ligação do espaço do bairro com envolvente.- Armamentos de ligação e abertura do bairro.- Constituição de uma malha urbana com traçado bem desenvolvido e bem articulado à escala do sector urbano de Azevedo/Lagarteiro; c) Desenvolvimento de acções de sensibilização para a "Manutenção e Vivência dos Espaços Públicos".
4. PROGRAMAÇÃO	a) e b) Desenvolvimento do programa de intervenção (2008 a 2012) c) Desenvolvimento após a intervenção na acção a).

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 20.01.2009

P. Fonseca

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 1 REQUALIFICAR URBANÍSTICA E AMBIENTALMENTE O BAIRRO
MEDIDA 1.3 NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS

5.DESTINATÁRIOS	a) e b) Residentes no Lagarteiro e na envolvente. c) Residentes no Lagarteiro.
6.METODOLOGIA/ IMPLEMENTAÇÃO	Elaboração e arranque de projectos de intervenção no espaço público e a partir de uma certa fase desse processo, desenvolvimento de acções de sensibilização para a manutenção dos espaços públicos. Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento.
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Requalificação do espaço público e desenvolvimento de capacidades organizativas para a conservação e manutenção do espaço público. Melhores acessibilidades do bairro à sua envolvente e promoção de uma maior abertura ao exterior com inserção e articulação espacial do bairro à escala do sector urbano.
8.RESULTADOS/ IMPACTES	Área de espaço público intervencionado e refuncionalizado. Nº de utilizadores do espaço público. Tempo médio nas deslocações para o trabalho/ escola fora do bairro.
9.LIGAÇÕES	Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	Junta de Freguesia de Campanhã
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) e b) MAOTDR/IHRU (candidatura); QREN/CMP (candidatura e financiamento) c) CMP

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 20.01.2009

C. F. Alves

EIXO 1 REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO
MEDIDA 1.4 CONSTRUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS NO BAIRRO E NA ENVOLVENTE DO BAIRRO

1.RESUMO	Execução e gestão de novos equipamentos colectivos.
2.OBJECTIVOS	Recomposição morfológica e diversificação da estrutura funcional do espaço urbano. Reinserção urbana e nova imagem do bairro.
3.ACÇÕES	a) Sede do projecto. Cedência de uma habitação (T3 ou T4) no próprio bairro. b) Espaço ANIMAR Reabilitação de um ou vários espaços e/ou a criação de uma rede entre espaços já existentes que dêem suporte às actividades do A.N.I.M.A.R. (Atrair, Negociar, Incentivar, Mobilizar, Activar, Reinsereir) que funcionará como <i>interface</i> entre o bairro e a cidade, contribuindo para o reforço no bairro das identidades e das sociabilidades urbanas alargadas e para uma melhoria das condições ambientais. O espaço deverá ser suficientemente flexível para permitir diferentes oportunidades de actividades culturais e desportivas ao longo do tempo do bairro: indutor de inovação e de partilha de vivências, interesses, atitudes e valores. c) Centro Social de Azevedo (Creche/jardim de infância/ Centro de Dia e Apoio Domiciliário) Reabilitação de um edifício para equipamento que permita a melhoria e eventual alargamento das actuais instalações do serviço social do bairro em r/c de edifício, desadequado na dimensão e sobretudo na desqualificação física que apresenta.
4.PROGRAMAÇÃO	a) e c) Desenvolvimento desde o início do programa de intervenção (2008 a 2012). b) Definição do projecto e valências em 2008, início em 2009, até 2011.
5.DESTINATÁRIOS	a) Equipa de projecto e residentes (conhecimento e acompanhamento do projecto). b) Residentes no Lagarteiro e na envolvente.
6.METODOLOGIA/ IMPLEMENTAÇÃO	Elaboração e arranque de projectos dos equipamentos - acção b) e c). Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento. Trabalho em rede assente em protocolos de parceria e articulação, designadamente com Autoridade de Saúde e Escola EB1, com outras Acções (ver na Ficha Item 'Ligações').

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 10.01.2009

e. h. m. g. a.

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 1

REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL DO BAIRRO

MEDIDA 1.4

CONSTRUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS NO BAIRRO E NA ENVOLVENTE DO BAIRRO

7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Requalificação dos equipamentos colectivos que servem o bairro e a sua envolvente, promovendo uma maior abertura ao exterior.
8.RESULTADOS/IMPACTES	1 Espaço/Rede de Espaços "ANIMAR" 1 Creche/Jardim de Infância/ Centro de Dia/ Apoio Domiciliário. 1 Sede de projecto
9.LIGAÇÕES	Eixo 2 Medida 2.1 Eixo 2 Medida 2.2 Eixo 2 Medida 2.3 Eixo 2 Medida 2.4 Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	Autoridade de Saúde Concelhia (acompanhamento das acções a), b) e c) sob o ponto de vista técnico, nas áreas da salubridade e acesso a deficientes)
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) MAOTDR/IHRU - candidatura, CMP (cedência de espaço no Bairro) b) MAOTDR/IHRU - candidatura c) ODPS - candidatura a programa que financie este tipo de iniciativa, CMP (cedência de espaço) e MTSS

EIXO 2 PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA – ESTAR BEM EM REDE
 MEDIDA 2.1 SAÚDE É VIDA

1.RESUMO	A estruturação desta Medida assenta na ideia de que a promoção da saúde é um processo de capacitação da comunidade, para actuar na melhoria de sua saúde e qualidade de vida. A Medida pressupõe a participação activa e a mobilização da comunidade e seus recursos.
2.OBJECTIVOS	Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades sociais relacionadas com as dependências. Melhorar os níveis de qualidade de vida e de auto-realização da população através da promoção de uma vida saudável nas várias gerações.
3.ACÇÕES	<p>a) Acções dirigidas à problemática das dependências e outras manifestações de exclusão social</p> <p>a.1) Sinalização e diagnóstico integrado de situações graves de saúde associadas à problemática das dependências.</p> <p>a.2) Programa de formação de técnicos, agentes locais e famílias na área da prevenção das toxicodependências</p> <p>b) Acções saúde e família: cuidados Intergeracionais.</p> <p>b.1) Família e Vida Saudável. Articulação dos programas em curso na Administração Regional de Saúde do Norte, IP: vacinação, saúde da mulher e da criança, saúde do idoso, doenças cérebro-vasculares, diabetes, rastreio oncológico e tuberculose</p> <p>b.2) Escolas Promotoras de Saúde. Articulação prioritária com o projecto educativo de intervenção prioritária</p> <p>b.3) Prevenção e orientação da parentalidade-adolescente</p>
4.PROGRAMAÇÃO	Desenvolvimento a partir de 2008 até ao final da iniciativa
5.DESTINATÁRIOS	População residente no bairro e na envolvente.
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	<p>A prática de saúde como prática educativa, numa metodologia de participação, num processo de capacitação de indivíduos e de grupos para a transformação da realidade (não um processo de persuasão ou de transferência de informação). Utilização da metodologia de trabalho de rua, com vista ao contacto e mobilização da população alvo.</p> <p>Criação de instrumentos de monitorização para cada actividade, com o carregamento de indicadores que sirvam de "ponto de partida" para o seu acompanhamento e para posterior continuidade das acções. Trabalho em rede assente em protocolos de parceria e articulação com outras Acções (ver na Ficha Item "Ligações").</p>

E. Fonseca

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 2 PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA – ESTAR BEM EM REDE
 MEDIDA 2.1 SAÚDE É VIDA

7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Definição da real situação epidemiológica na comunidade do bairro (actualmente desconhecida), de doenças graves e de alto risco para a saúde pública. Construção de um ambiente favorável à saúde, com estímulo a hábitos saudáveis e a projectos de vida livres de dependências químicas. Melhoria da qualidade de vida dos pais adolescentes e dos idosos dependentes.
8.RESULTADOS/IMPACTES	Nº de sinalizações e diagnósticos integrados de situações graves de saúde associadas à dependência química e exclusão social Nº de jovens envolvidos no Programa de Capacitação e Autonomia dos Jovens face às Dependência Nº de famílias em contacto com um modelo de vida saudável Nº de utentes do Programa médico-social de apoio domiciliário a idosos Nº de jovens envolvidos no programa de apoio e orientação da parentalidade na adolescência
9.LIGAÇÕES	Eixo 1 Medida 1.1 Eixo 1 Medida 1.2 Eixo 1 Medida 1.4b) Eixo 2 Medida 2.2b) Eixo 2 Medida 2.3 a) e c) Eixo 2 Medida 2.4 Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	a1) MTSS, FILOS (recursos humanos); ODPS; Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); Junta de Freguesia (recursos técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos). a2) MTSS, FILOS (recursos humanos); ODPS; Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Junta de Freguesia (recursos técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos). a3) MTSS, Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Junta de Freguesia (recursos técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos). b1) MTSS, Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Junta de Freguesia (recursos técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos). b2) MTSS; MEA/PSP; ME; NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Associação Mutualista Benéfica e Previdente (recursos humanos e técnico-logísticos); Associação de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos). b3) MTSS, FILOS (recursos humanos); MS/Centro de Saúde; ODPS; NORTEVIDA (recursos humanos e técnico-logísticos); Liga Portuguesa de Profilaxia Social (recursos humanos e técnico-logísticos)
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a1) e a2) MS/ARS; MS/IDT; ME/DREN/ESCOLA b1) MS/ARS b2) MS/ARS; MP/SEJD/IPJ b3) MS/ARS; MP/SEJD/IPJ

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 20.01.2009

P. Fonseca

EIXO 2 PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA
MEDIDA 2.2 SEGURANÇA ACTIVA

1.RESUMO	<p>A acção agora proposta assenta na mobilização da comunidade do Lagarteiro para as questões de segurança do bairro, procurando que participe na identificação dos problemas mas também na procura de soluções para os mesmos e na sua prevenção.</p> <p>No âmbito desta acção pretende-se ainda intervir ao nível da gestão/mediação da conflitualidade entre vizinhos e ao nível intra-familiar. A metodologia do policiamento de proximidade adequa-se a esta Medida.</p>
2.OBJECTIVOS	<p>Transformação do espaço público num espaço seguro, alterando a imagem negativa do bairro. Desenvolvimento de um policiamento de proximidade, com partilha de responsabilidade e relações de parceria com outros actores centrais e locais, indicia claramente um caminho de aproximação entre as forças de segurança e a sociedade civil.</p>
3.ACÇÕES	<p>a) Núcleo de Segurança Comunitária. Criar um grupo que atue em parceria com a base comunitária, para conhecer e solucionar os problemas de segurança existentes e que deverá envolver as associação do Bairro, as instituições de segurança e protecção civil e os eleitos locais</p> <p>b) Iniciativas de mediação familiar e comunitária. b.1) Prevenir para Melhorar. Ações de prevenção, de modo a reduzir os níveis de insegurança junto de públicos vulneráveis (crianças, jovens, mulheres, idosos e outros) e prevenir comportamentos anti-sociais no bairro. b.2) Intervenção sobre conflitos e violência doméstica. Serviço orientado para fornecer apoio e mediação para a resolução de disputas domésticas e comunitárias, assistindo as partes envolvidas na procura de soluções mutuamente aceitáveis. b.3) Mediação com Jovens em Risco Serviço destinado a fornecer apoio, orientação e formação dos jovens ao nível da aprendizagem de estratégias de resolução e negociação dos conflitos.</p>
4.PROGRAMAÇÃO	<p>a) e b) Desenvolvimento a partir de 2008 até ao final da iniciativa.</p>
5.DESTINATÁRIOS	<p>População residente no bairro e envolvente</p>
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	<p>Desenvolvimento de iniciativas sobre urbanismo seguro no bairro, de modo a diminuir a sensação de vulnerabilidade colectiva.</p> <p>Desenvolvimento de um policiamento de proximidade, para apoio a grupos vulneráveis numa base de proximidade e parceria.</p>

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SEAG Em 20.01.2009

P. Fonseca

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 2 PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA
MEDIDA 2.2 SEGURANÇA ACTIVA

7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhor imagem do bairro no exterior e novas possibilidades de utilização dos espaços colectivos. Maior envolvimento das forças de segurança com a comunidade. Reforço das redes positivas de vizinhança e de solidariedade.
8.RESULTADOS/IMPACTES	Redução da sensação de insegurança no bairro. Nº de situações de violência doméstica. Nº de situações de conflitualidade entre a vizinhança. Criação do 1 Espaço de Mediação Familiar e Comunitária Nº de utentes semanais do Espaço de Mediação Familiar e Comunitária
9.LIGAÇÕES	Eixo 1 Medida 1.4b) Eixo 2 Medida 2.1 Eixo 3 Medida 3.1
10.PARCEIROS	a) e b1) MP/ACIDI; ODPS; MS/MDT; FILOS; MTSS/ODSS Porto; ME; Associação Juvenil CAOS b2) MP/ACIDI; ODPS; MS/ARS; FILOS; Associação Juvenil CAOS; ME b3) MP/ACIDI; ODPS; FILOS; Associação Juvenil CAOS; ME; MEAI/PSP; <u>DGDR</u>
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a e b.1) MAI/PSP b.2) MTSS/ISS; MAI/PSP b.3) MTSS/ISS; MP/SEJD/JPJ; <u>MJ/DGRS</u> X

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 20.07.2009

C. Faria

EXO 2 PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA
MEDIDA 2.3 ESCOLA EM REDE

1.RESUMO	No âmbito desta Medida desenvolve-se a capacitação e o enriquecimento da cidadania activa em vertentes diversas: educação ambiental, educação artística, valorização de si e auto-estima, cultura da participação e do diálogo, entre outras.
2.OBJECTIVOS	Fortalecer o quadro de competências e de habilidades sociais da população do Bairro (com enfoque para os jovens), numa lógica de afirmação face aos outros Potenciar a escola e as dinâmicas associativas como actores estratégicos de mudança, capacitando um quadro de vida sustentado em referenciais de igualdade de oportunidades e de democracia participativa Aumentar o sucesso educativo.
3.ACÇÕES	<p>a) Nós e o Ambiente - promover o desenvolvimento da educação para a cidadania ambiental. Educação para a cidadania ambiental, em que as actividades em favor do ambiente devem articular-se, por um lado com a Medida de reabilitação urbanística e ambiental do bairro, por outro, com o Projecto do Parque Oriental.</p> <p>b) Projecto Educar para a Arte no 1.º Ciclo e pré-primária. Educar para a arte no 1º ciclo e pré-primária: trata-se de uma tarefa que pretende contrariar dinâmicas de insucesso, de abandono e de ruptura com a escola utilizando as artes como uma espécie de contra resposta a essas práticas. Esta acção contribui ainda para a prevenção de questões de violência, racismo, exclusão social, escolar e cultural, absentismo e insucesso escolar.</p> <p>c) Eu sou Capaz - Promoção de um projecto de vida que oriente os alunos para a confiança e uso das suas potencialidades. Promoção de um projecto de vida que oriente os alunos para a confiança e uso das suas potencialidades e concretiza-se por acções de apoio e acompanhamento escolar nos vários níveis de ensino.</p> <p>d) Férias Grandes Deve-se abrir a possibilidade das cantadas jovens do bairro fazerem férias fora, com um programa activo, diversificado e que permita um desenvolvimento físico e cultural das crianças.</p> <p>e) Escola Acessível. Adequação do serviço de transportes para os alunos do 5º, 6º e 7º Ano, do transporte de apoio às actividades de ocupação de tempos livres do 1º, 2º e 3º Ciclo e para apoio às actividades de Verão.</p> <p>f) Tempos livres para o sucesso na Escola Alargamento do serviço de ATL ao 2º ciclo do Ensino Básico, com o objectivo de diminuir o abandono e o índice de insucesso escolar.</p>
4.PROGRAMAÇÃO	Início no ano lectivo 2008/2009
5.DESTINATÁRIOS	Residentes no bairro.

P. Fonseca

EXO 2

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA

MEDIDA 2.4

ANIMAR – ATRAIR, NEGOCIAR, INCENTIVAR, MOBILIZAR, ACTIVAR, REINSERIR

1. RESUMO	Esta Medida visa a criação de um espaço ou de uma rede de espaços que funcionem como <i>interface</i> entre o bairro e a cidade, contribuindo simultaneamente para o reforço das identidades e das sociabilidades urbanas alargadas e para uma melhoria das condições ambientais do Bairro. Procura-se centralizar uma oferta de actividades com forte carga identitária, orientadas para uma releitura do espaço e modos de vida, tendo em vista uma representação mais positiva da vivência no Bairro e na cidade, favorecer a melhoria das competências sociais e cívicas da população do bairro e reforçar a abertura externa do bairro promovendo uma imagem de mudança, alicerçada em novos referenciais de criatividade, cidadania e de inovação social.
2. OBJECTIVOS	Criação de um local de referência que se assuma como espaço marcante, simbolizando uma nova forma de estar, mais aberta ao exterior, fazendo emergir novas oportunidades para a mudança social e para o desenvolvimento local: um espaço aberto, indutor de inovação e de partilha de vivências, interesses, atitudes e valores.
3. ACÇÕES	<p>a) E-Bairro – Criação de uma Plataforma de divulgação das TIC's Plataforma de divulgação das TIC's dentro de uma matriz de mudança, reforçando as condições para a valorização da identidade, facilitando as condições de participação da população e de valorização dos recursos sociais locais. Abre as populações (sobretudo os mais jovens) à diversidade de contextos, de valores e de modos de vida existentes.</p> <p>b) Oficinas (de) Vida – implementação de espaços destinados à prática de desportos, dança, à expressão plástica, artesanal, de fotografia, de teatro, de música, etc. Implementação de espaços destinados à prática de desportos e dança, à expressão plástica, artesanal, de fotografia, de teatro, música, etc.</p> <p>c) Oficina da Criança - espaço destinado ao desenvolvimento de actividades lúdicas e de dinamização do tempo livre. Espaço destinado ao desenvolvimento de actividades lúdicas e de dinamização do tempo livre das crianças fora do espaço lectivo e em tempo de férias escolares. Permitirá a extensão dos serviços que já se encontram mobilizados no bairro por outras instituições.</p> <p>d) Preparação do espaço de convívio e lazer para a população Espaço de convívio e de lazer para a população, de diferentes faixas etárias e categorias sociais, implicando um intercâmbio de exposições, espectáculos (música, teatro) com outras instituições da cidade. Espaço associado à gastronomia, bem como à prática de jogos de sociedade, jogos de computador, visionamento de televisão por cabo, etc.</p> <p>e) Bairro (Com) Vida - promover uma oferta sistemática de manifestações artísticas. Oferta sistemática de manifestações artísticas, envolvendo produções oriundas do bairro e orientações provenientes do exterior. Os vectores a privilegiar no que respeita à programação de actividades são: diversidade artística, englobando artes performativas e artes cénicas, com a dinamização de um conjunto de workshops temáticos.</p> <p>f) Desporto é Futuro. Actividades desportivas dirigido a todos os segmentos etários da população do bairro e da cidade sob a orientação de um conjunto de animadores especializados. Esta acção pretende ancorar-se ao Parque Oriental da cidade.</p> <p>g) Eco-Bairro. Desenvolvimento de Hortas Biológicas, Oficinas Ambientais e Monitores Ambientais.</p> <p>h) Aprendizoteca. Espaço aberto de aprendizagem informática que proporciona de forma aberta e flexível condições para actividades de auto- formação com impactos na empregabilidade e no desenvolvimento pessoal</p>

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 20.01.2009

e. f. m. g.

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 2

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA

MEDIDA 2.4

ANIMAR – ATRAIR, NEGOCIAR, INCENTIVAR, MOBILIZAR, ACTIVAR, REINSERIR

3. ACÇÕES	<p>i) Lagartelo-Mix: Uma rádio comunitária que se dedique à divulgação de informação sobre a cidade e sobre temas relevantes para a população do Bairro, constituindo uma janela para o exterior e um mecanismo indutor de divulgação e de valorização das identidades locais à luz de novas abordagens</p> <p>j) (Pró)habilidades sociais: Programa de intervenção junto dos pais no quadro de uma gestão de competências parentais e dos adolescentes e jovens no quadro da estimulação e aprendizagem de competências básicas.</p>
4. PROGRAMACÃO	<p>a) a e), g) a j) Definição do programa funcional/projecto 2008. Início 2009 f) A iniciar em 2009</p>
5. DESTINATÁRIOS	<p>Toda a população do Bairro e envolvente</p>
6. METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	<p>É indispensável implicar os actores locais (moradores e instituições) no planeamento e na estrutura organizativa e funcional do Espaço, numa lógica de gestão participada; Produzir material de comunicação para as acções a desenvolver Realizar eventos emblemáticos e divulgá-los também para fora do Bairro</p>
7. VANTAGENS PARA O BAIRRO	<p>Existência de um espaço aberto de recurso e convívio, de forma a satisfazer as necessidades de realização da cidadania, com condições para actividades de auto- formação com impactos na empregabilidade e no desenvolvimento pessoal. Aproximação das gerações e dos seus referentes de vida.</p>
8. RESULTADOS/IMPACTES	<p>n.º de actividades promovidas pelo espaço ANIMAR n.º de participantes nas actividades desenvolvidas n.º de residentes beneficiários das actividades desenvolvidas</p>
9. LIGAÇÕES	<p>Eixo 1 Medida 1.4 b) Eixo 2 Medida 2.1 Eixo 2 Medida 2.3 Eixo 2 Medida 2.5 Eixo 3 Medida 3.1</p>
10. PARCEIROS	<p>a), b), c) e i) MP/ACIDI, JF da Campanha (recursos humanos e logísticos), ODPS, Associação Juvenil CAOS (recursos técnico-logísticos e humanos) d) a h) MP/ACIDI, JF da Campanha (recursos logísticos), MTSS, ODPS d) MC/DGA j) JF da Campanha (recursos financeiros); DGDR</p>
11. ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	<p>a) a j) MAOTDR/IHRU - candidatura c) MTSS/ISS; ME/DREN e) ME/DREN; MP/SEJD/IPJ f) ME/DREN; MP/SEJD/IPJ g) ME/DREN h) MP/SEJD/IPJ i) MP/SEJD/IPJ i) MTSS/ISS; ME/DREN; MP/SEJD/IPJ; M./DGRS</p>

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 20.07.2009

e. f. m. s. c.

EIXO 2

MEDIDA 2.5

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA
COMUNIDADE EMPREENDEDORA

1.RESUMO	Promoção do empreendedorismo formal para a criação de pequenas iniciativas económicas de base local, qualificação da população pela dinamização de acções de formação e educação-formação, mas, sobretudo, pelo reconhecimento das competências existentes.
2.OBJECTIVOS	Elevar os níveis de escolaridade dos residentes do Bairro. Reforçar as condições de empregabilidade dos residentes socialmente mais fragilizados. Promover a acção empreendedora de base local e incentivar o regresso a actividades profissionais organizadas para pessoas com um afastamento muito elevado do trabalho e em estratégias de sobrevivência em matéria de rendimento e actividade profissional Estruturar localmente uma base de serviços que poderá alargar-se à envolvente do Bairro
3.ACÇÕES	a) Criação do Gabinete/equlpa de Emprego e Empreendedorismo do Lagarteiro b) Constituição do Pólo RVCC Constituição de um pólo de actividades centradas no Reconhecimento, validação e Certificação de Competências dos residentes do bairro e em particular dos que não completaram o 9º ano de escolaridade.A lógica de actuação será a do reforço do empowerment e da promoção da cidadania activa dos participantes. c) Agência de Pequenas Iniciativas Locais Constituição de uma pequena agência organizadora das actividades de actuais prestadores de serviços que realizam a sua actividade na economia informal. Organização de serviços e angariação de clientes para os prestadores organizados em Bolsa de Serviços que respondem às solicitações da Agência. Progressivamente são propostas acções de formação de curta duração para melhorar a qualidade de serviço. São definidas metas para cada membro da Bolsa de Prestadores, podendo alguns assumir o objectivo de criar o próprio negócio. d) Plataforma de Novas Actividades Criação de uma cooperativa de serviços que venha a assumir um conjunto de actividades relacionadas com o Parque Oriental (jardinagem, apoio ao centro hípico, vendas em quiosques). Esta cooperativa assumirá uma interlocução directa com os promotores dos investimentos do Parque Oriental.
4.PROGRAMAÇÃO	a) a d) Início 2009

(CONTINUAÇÃO)

EIXO 2

PROMOVER UMA CIDADANIA ACTIVA

MEDIDA 2.5

COMUNIDADE EMPREENDEDORA

5. DESTINATÁRIOS	População do Bairro e da envolvente
6. METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	Os técnicos da equipa a criar terão de ter competências no domínio do reconhecimento e validação de competências.
7. VANTAGENS PARA O BAIRRO	Disponibilidade, na proximidade imediata, de uma solução com impacto na condição social e cultural, cujo ponto de partida são as competências existentes. Possibilidade de criação da própria actividade ou de organizar formas de trabalho tendo por base as competências instaladas nos residentes do bairro.
8. RESULTADOS/IMPACTES	<p>n.º de indivíduos com reconhecimento/certificação de competências</p> <p>n.º de beneficiários do gabinete de emprego/empresendedorismo e do pólo RVCC</p> <p>taxa de inserção profissional dos utilizadores do gabinete de emprego/empresendedorismo</p> <p>n.º de programas de desenvolvimento de competências pessoais</p> <p>n.º de acções/cursos de qualificação para a gestão e o empreendedorismo</p> <p>n.º de novos negócios criados com duração de mais de um ano</p> <p>n.º de prestadores de serviços apoiados pelo gabinete de emprego/empresendedorismo para qualificação/modernização dos seus serviços</p> <p>n.º de estágios profissionais atribuídos aos jovens no bairro</p> <p>n.º de jovens que permaneceram no emprego após a realização dos estágios e decorridos um ano</p> <p>n.º de jovens que criou o próprio emprego e se manteve após um determinado período de tempo</p>
9. LIGAÇÕES	Eixo 2 Medida 2.4 Eixo 3 Medida 3.1
10. PARCEIROS	a) a d) Junta de Freguesia (recursos humanos) c) Benéfica e Providente (recursos humanos e técnicos)
11. ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) a c) MTSS/IEFP; ME/DREN d) MTSS/IEFP

P. Fonseca

EIXO 3 ESTAR BEM EM REDE
MEDIDA 3.1 QUESTÕES OPERACIONAIS

1.RESUMO	Acções de operacionalização transversal do Plano, formação, avaliação, monitorização, apoio técnico e comunicação.
2.OBJECTIVOS	Assegurar o desenvolvimento do Plano com Qualidade.
3.ACÇÕES	a) Criação de Gabinete Técnico Local b) Avaliação, Monitorização e Apoio Técnico c) COP's e E.learning d) Seminários de Apoio Técnico e formações específicas locais e) Documentário e sistema de comunicação
4.PROGRAMAÇÃO E PRAZO DE EXECUÇÃO	Programação: Desenvolvimento durante todo o Programa de intervenção.
5.DESTINATÁRIOS	Comunidade técnica e população do Bairro do Lagarteiro
6.METODOLOGIA/IMPLEMENTAÇÃO	Constituição e selecção da equipa de projecto. Selecção das equipas de avaliação, monitorização e de apoio técnico e elaboração de planos de trabalhos de acompanhamento da Iniciativa e do PA's. Constituição e animação da Comunidade de Prática através de uma Plataforma Tecnológica; montagem e animação de formação transversal através de e.learning. Elaboração e desenvolvimento de um plano de seminários de apoio técnico e de formações específicas locais. Elaboração do projecto e desenvolvimento.
7.VANTAGENS PARA O BAIRRO	Melhor qualificação técnica e de decisão na dinamização dos Planos de Acção. Maior eficácia e eficiência e de desenvolvimento de factores de inovação na intervenção. Coesão na implementação do Projecto. Acesso à informação e maior participação transversal no desenvolvimento da Iniciativa.
8.RESULTADOS/IMPACTES	Indicadores de Realização - Equipa de projecto activa. Activação da COP e nº de participações diárias. Nº de formandos / nº de participantes nos seminários. - Relatórios trimestrais de monitorização e relatórios semestrais de avaliação, documentos técnicos, banco de imagens e um documentário. Indicadores de Impacte - Execução atempada dos PA's e taxa de sucesso nos objectivos fixados. Níveis de eficácia e eficiência na execução do PA. - Evidência e autonomia de competências técnicas e relacionais na montagem e gestão de projectos, evidência de práticas reflexivas. - Participação da população. Maior conhecimento e construção de uma imagem positiva do território.
9.LIGAÇÕES	Com todas as Acções.
10.PARCEIROS	ME/DREN, MTSS/ISS, MSIARS E IDT, MAU/PSP, MP/ACIDI, MC/DGA
11.ENTIDADE RESPONSÁVEL E RECURSOS	a) a d) MAOTDR/IHRU - candidatura e) MAOTDR/IHRU e MC/DGA

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL

S.E.A.G. Em 2001:2009

P. Fonseca

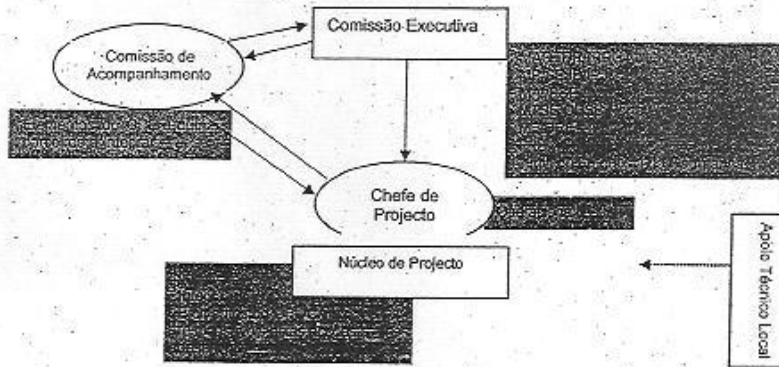
3.

MODELO DE GESTÃO

Programa de Intervenção 2008-2012
Lagarteiro (Porto)

e. f. m. s. a.

Modelo de Gestão Local – Lagarteiro



1 - COMISSÕES EXECUTIVAS

1.1 - Composição

- MAOTDR/ IHRU
- MP/SEJD/IPJ
- MA/PSP
- MTSS/CDSS Porto
- ME/DREN
- Fundação Porto Social
- Junta de Freguesia da Campanhã

1.2 - Conteúdo Funcional

A Comissão executiva assumirá a responsabilidade pelos resultados globais do projecto e assegurará ainda a adequada coordenação entre todas as iniciativas prevista no âmbito do plano de intervenção desenhado.

As suas principais tarefas são:

- seleccionar o Chefe de Projecto, com base na experiência e em critérios profissionais pré-definidos;
- facilitar e promover a rápida implementação dos projectos que compõem o plano de intervenção;
- avaliar e seguir a evolução da implementação do projecto;
- informar e comunicar publicamente a evolução e impacte do projecto;
- promover, mensalmente, iniciativas de acompanhamento do projecto e apoio à tomada de decisões com o Chefe de Projecto e os membros das sub-equipas que vierem a ser formadas.

P. Fonseca

2 - NÚCLEO DE PROJECTO

2.1 - Composição

Chefe de Projecto
Equipa técnica
Parceria executora

2.2 - Conteúdos Funcionais

O núcleo de projecto será dirigido pelo Chefe de Projecto e será responsável pelas tarefas operacionais. O Núcleo de projecto terá um "escritório residente" no território e será estruturado à volta de sub-equipas constituídas por elementos da equipa técnica e das parcerias executoras responsáveis pelos projectos/sub-projectos definidos no Plano de Intervenção.

Cada sub-equipa será então composta por técnicos (das entidades da parceria executora e/ou técnicos a contratar) com as qualificações necessárias, que levarão a cabo a implementação operacional.

As principais tarefas do Núcleo de Projecto serão:

- desenvolver e propor um plano de acção detalhado, que inclua as actividades e tarefas previstas, a sua calendarização e responsabilidades de execução, com vista à operacionalização do plano de intervenção já definido;
- conduzir, diariamente, o desenvolvimento e implementação do plano;
- gerir e supervisionar a acção dos diferentes parceiros locais;
- comunicar a evolução do projecto à comissão executiva;
- gerir as operações administrativas e financeiras do projecto.

3 - CHEFE DE PROJECTO

3.1 - Nomeação

Será designado para Comissão executiva e validada a sua nomeação pelo Grupo de Parceiros Locais.

3.2 - Conteúdo Funcional

Seleção da equipa técnica (com a aprovação final da Comissão executiva)

Coordenação da Equipa técnica e das parcerias executoras

Monitorização

C. F. Almeida

4 - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

4.1 - Composição

Todos os elementos do Grupo de Parceiros Locais

- MAOTDR- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
- MP – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural - Programa Escolhas / Instituto Português da Juventude / Instituto do Desporto de Portugal
- MAI – Comando da Polícia de Segurança Pública da Área Metropolitana do Porto
- MJ – Polícia Judiciária / Direcção Geral de Reinserção Social / Direcção Geral De Serviços Prisionais
- MTSS – Centro Distrital de Segurança Social do Porto / Centro de Emprego do Porto
- MS – Centro de Saúde da Campanha / Instituto da Droga e da Toxicodependência - Unidade de Prevenção Porto Sul e CAT Oriental
- ME – Direcção Regional de Educação do Norte
- MC – Delegação Geral das Artes

- Câmara Municipal do Porto/Fundação Porto Social
- Junta de Freguesia da Campanhã

- Obra Diocesana de Promoção Social
- Fundação FILOS
- Associação para a Promoção da Saúde NORTEVIDA
- Agrupamento de Escolas Ramalho Ortigão (Escola EB1 do Lagarteiro e Escola C+S Ramalho Ortigão)
- Liga Portuguesa de Profilaxia Social
- Futebol Clube "Os Amigos de Campanhã"
- Associação Juvenil CAOS
- Benéfica e Providente, Associação Mutualista

Possibilidade de integrarem outros parceiros identificados como pertinentes para as acções a desenvolver e promotores financeiros; com possibilidade de participação dos residentes quando esta seja considerada necessária.

